



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE PIAUÍ – SR(24)PI

PRESTAÇÃO DE CONTAS
ORDINÁRIAS ANUAL
- RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE
2013-

Teresina (PI), Março/2014

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PIAUÍ

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentados aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 127/2013** e das orientações do órgão de controle interno.

Ministro de Estado

José Spier Vargas

Secretário-Executivo

Laudemir André Müller

Presidente

Carlos Mário Guedes de Guedes

Chefe de Gabinete

Raimunda Helena Nahum Gomes

Procurador-Chefe

Sérgio de Britto Cunha Filho

Diretor de Gestão Administrativa

Juliano Flávio dos Reis Rezende

Diretor de Gestão Estratégica

Simone Gueresi de Mello

Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Richard Martins Torsiano

Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

César Fernando Schiavon Aldrighi

Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Marcelo Afonso Silva

FRANCISCO DAS CHAGAS LIMMA

Superintendente Regional

MARCOS DOS REIS FELINTO

Assistente de Gabinete/Superintendente Substituta

DEUZIMAR CABRAL DE BRITO

Chefe da Divisão de Administração

EDIMILSON GOMES

Chefe da Divisão de Desenvolvimento

MANOEL DE MOURA FILHO

Chefe da Procuradoria Regional

JAMES CARNEIRO

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

ACILAYNE FREITAS DE AQUINO

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Antônio de Pádua S. Marques

Cadastro Rural

Patricia Macedo Ferreira

Regularização de Territórios Quilombolas

Yuri Jivago Bastos Silva

Orçamento e Finanças

Kelma Karen Oliveira Andrade

Contabilidade

Everton Rio Lima

Desenvolvimento de Projetos

James Carneiro

Implantação de Assentamentos

Sergio Ricardo

Meio Ambiente e Rec. Naturais

Waldemar Higino de Souza Filho

Infraestrutura

Geovanni de Melo Sérgio

Cartografia

Marcos César de Oliveira Silva

Desenvolvimento Humano

José Wilson de Sousa Odorico

Planejamento e Controle

Maria Claudênia Feitosa da Costa

Sala da Cidadania

Acylaine Freitas de Aquino

Regularização Fundiária

Gerardo Vieira Lima

Ouvidor Agrário Regional

Missão

Missão

“Promover a política de desenvolvimento do Brasil rural, a democratização do acesso à terra, a gestão territorial da estrutura fundiária, a inclusão produtiva e a ampliação de renda da agricultura familiar, contribuindo com a soberania alimentar, o desenvolvimento econômico, social e ambiental do país.”

Visão de Futuro

Visão de Futuro

“Ser reconhecido nacional e internacionalmente como ator fundamental na construção de um meio rural com equidade, com mais oportunidades de renda e vida, mais humano, com inclusão produtiva e social e respeito ao meio ambiente.”

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APNE - Associação de Plantas do Nordeste
APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP - Medida Provisória
MPF – Ministério Público Federal
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
NE - Norma de Execução

NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI – Órgão de Controle Interno
 PA - Projeto de Assentamento
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PB – Projeto Básico
 PC – Plano de Compromisso
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PPA - Plano Plurianual
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU - Planos de Utilização
 RB – Relação de Beneficiários
 RG - Relatório de Gestão
 RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
 RL - Reserva Legal
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEMAR - Secretária Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG - Sistema de Informações Geográficas
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
 SIR - Sistema de Informações Rurais
 SISDOC – Sistema de Documento
 SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
 SISPROT – Sistema de protocolo
 SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
 SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
 SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
 SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
 TCE - Tomada de Contas Especiais
 TCT – Termo de Cooperação Técnica
 TCU - Tribunal de Contas da União
 TD - Título Definitivo
 TDA - Título da Dívida Agrária
 TI - Tecnologia da Informação
 UG - Unidade Gestora
 UGR - Unidade Gestora Responsável
 UJ - Unidade Jurisdicionada
 UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

LISTA DE QUADROS

- Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual
- Quadro 1 - Evolução histórica da Implantação de Assentamentos no Piauí
- Quadro 2 - Evolução dos investimentos em infraestrutura pela SR(24)PI
- Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária
- Quadro 4 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*
- Quadro 5 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária
- Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária
- Quadro 7 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar*
- Quadro 8 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos
- Quadro 9 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.
- Quadro 10 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar*.
- Quadro 11 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento
- Quadro 12: Passivo de Infraestrutura Básica nos Projetos de Assentamento do Piauí, situação até 2013
- Quadro 13: Número de servidores entre as coordenações e postos avançados da Superintendência
- Quadro 14 - Composição do quadro de servidores ativos
- Quadro 15 - Composição do quadro de servidores inativos
- Quadro 16 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.
- Quadro 17 - Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.
- Quadro 18 - Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa
- Quadro 19 - Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços
- Quadro 20 - Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão
- Quadro 21 - Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.
- Quadro 22 - Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício
- Quadro 23 - Informações sobre transferências realizadas
- Quadro 24 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
- Quadro 25 – Mapa de Controle das Tomadas de Contas Especial na SR(24)
- Quadro 26 – Relação dos Acampamentos Beneficiados com Distribuição de Cestas de Alimentos
- Quadro 27 – Relação das Áreas de Conflitos do Piauí atendidas pela Ouvidoria Agrária em 2013.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO.....	13
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	13
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	13
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES.....	14
2.1 PLANO ESTRATÉGICO DO INCRA PARA O EXERCÍCIO DE 2013.....	14
2.2 DIRETRIZES ESTRATÉGICAS OPERACIONAIS DO INCRA PARA O EXERCÍCIO DE 2013...	15
2.3 ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA COM O PLANO ESTRATÉGICO DA AUTARQUIA.....	17
3 ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO.....	25
3.1 ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA.....	25
3.2 OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO.....	32
3.3 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO.....	38
4 PRESTAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS AO PÚBLICO.....	50
4.1 DEMONSTRAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO.....	50
4.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DE CONTROLE DO GESTOR	50
5 GESTÃO DE PESSOAS.....	51
5.1 DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES.....	51
5.2 CLIMA ORGANIZACIONAL E O AMBIENTE DE TRABALHO NO ÂMBITO DA SR.....	51
5.3 AÇÕES DE DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM.....	52
5.4 RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE.....	53
5.5 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES	59
6 PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL	60
6.1 INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES	60
6.2 DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO DO REGISTRO DOS IMÓVEIS DESAPROPRIADOS NO ÂMBITO DA SR(24).....	62
6.3 DEMONSTRAÇÃO DA GESTÃO DOS CRÉDITOS A RECEBER.....	63
6.4 PRINCIPAIS ATIVIDADES DE CONTROLE INSTITUÍDAS PELA ÁREA CONTÁBIL E FINANCEIRA DA SR(24).....	66
7 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	68
7.1 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA SUPERINTENDÊNCIA.....	68
7.2 CONTROLES INSTITUÍDOS PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	69
7.3 CONTROLES INSTITUÍDOS PELA SUPERINTENDÊNCIA PARA ASSEGURAR A FIDEDIGNIDADE DAS INFORMAÇÕES.....	69

7.4 PRINCIPAIS CONTROLES INSTITUÍDOS PELA SUPERINTENDÊNCIA PARA ASSEGURAR A BOA E REGULAR GESTÃO DOS CRÉDITOS A RECEBER DE PARCELEIROS E DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS.....	69
7.5 INFORMAÇÕES SOBRE AS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS.....	69
8 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.....	71
8.1 DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO TCU NO EXERCÍCIO.	71
8.2 DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (CGU) NO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.....	71
9 OUVIDORIA.....	78
9.1 DEMONSTRAÇÃO DOS REGISTROS FEITOS POR INTERMÉDIO DA OUVIDORIA NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA, CONTEMPLANDO A QUANTIDADE DE CADA TIPO DE REGISTRO (DENÚNCIA, PEDIDO DE INFORMAÇÕES, ETC.), PRAZOS DE ATENDIMENTOS, PROPORÇÃO DE REGISTROS NÃO ATENDIDOS.....	78
9.2 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRATAMENTO DE REGISTROS FEITOS PELA OUVIDORIA RELACIONADOS A INVASÕES DE TERRAS E CONFLITOS NO CAMPO.....	80
10 CORREIÇÃO.....	82
10.1 CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES (PAD) INSTAURADOS NO ÂMBITO DA SUPERINTENDÊNCIA, INCLUINDO INFORMAÇÕES SOBRE A OBRIGAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO DE TAIS PROCESSOS NO SISTEMA CGU-PAD.....	82
10.2 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	82

INTRODUÇÃO

A Superintendência do INCRA no Piauí – SR(24)PI, cumprindo o seu dever de prestar contas de suas ações à sociedade e órgãos de controle e, em conformidade com a legislação vigente, apresenta seu **Relatório de Gestão e Prestação de Contas Ordinária**, referente ao exercício de 2013, no formato definido pelas normativas da Autarquia e em estrita obediência ao que orientam e determinam a Controladoria Geral da União – CGU e o egrégio Tribunal de Contas da União – TCU.

O Relatório de Gestão está dividido em duas partes. A primeira apresenta as estratégias gerais da Autarquia e aquelas relacionadas com a Superintendência do Piauí. Na segunda, são detalhadas as ações por cada Divisão e cada Programa, tudo sob o escopo do Plano de Compromisso (PC) assumido pela SR(24) de 2013 e modelos disponibilizados pelo INCRA/TCU.

A elaboração do Relatório contou com a participação dos gestores e equipes de todas as Divisões da SR(24), sob a coordenação do Gabinete do Superintendente, através do setor de Planejamento e Controle e da Divisão de Administração.

O Relatório apresenta o esforço e o resultado do trabalho de gestores, servidores e parceiros institucionais da SR(24)PI, tudo orientado pelas diretrizes estratégicas e operacionais emitidas pela Direção Nacional da Autarquia e seguida pela Superintendência Regional do Piauí – SR(24) a partir do referencial de planejamento adotada pela atual gestão regional.

O Relatório de Gestão em apreço afere o resultado do trabalho da Superintendência Regional do Piauí, no exercício de 2013, que apresentou, no geral, uma execução que se avalia como moderada, isto em decorrência das adversidades ocorridas no transcorrer do exercício, como foi o caso do movimento realizado pelos Peritos Agrários (Engenheiros Agrônomos) com a paralização das suas atividades por cerca de 120 (cento e vinte) dias e, por último, o atraso nas liberações dos recursos e corte no orçamento da Autarquia por determinação da Presidência da República (Portaria INCRA nº 645, de 12 de novembro de 2013), que restringiu significativamente a execução física das ações previstas para o exercício de 2013.

Não está contemplada neste Relatório por não terem sido objeto de intervenção no exercício de 2013, considerando as prioridades da SR(24) e os limites orçamentários do INCRA as Ações de

Ordenamento da Estrutura Fundiária: estruturação, implantação, e manutenção dos sistemas cadastrais e cartográficos; georreferenciamento da malha fundiária nacional; gestão de terras públicas e indenização de benfeitorias de terras quilombolas; as Ações de Obtenção de Terras: pagamento e indenização de imóveis rurais desapropriados e gestão ambiental em Projetos de Assentamentos; as Ações de Desenvolvimento dos Assentamentos: formação e capacitação de agentes de ATES; capacitação e formação de profissionais de nível médio e superior para Reforma Agrária e concessão de bolsas de capacitação e formação profissional em assistência técnica, pedagógica e social.

Finalmente, o processo de elaboração do presente Relatório, para além da burocracia às vezes cansativa, carrega em si o pendor de uma “pedagogia da reflexão”, de um olhar mais crítico e acurado sobre a *práxis* de cada Equipe, Serviço, Divisão e do conjunto da Superintendência, resultando, no impacto da ação dos servidores frente à Missão e aos Objetivos institucionais da Autarquia.

PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Regional I do INCRA no Piauí		
Denominação abreviada: INCRA		
Código SIORG: 4146	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373044
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(086) 3222-1553	
Endereço eletrônico: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Avenida Odilon Araújo, 935 - CEP: 64.017-850 - Teresina-PI		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
- Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
- Manual Operacional de ATES 2008 – Aprovado pela Norma de Execução INCRA/DD/Nº 78, de 31/10/2008 - Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010 - Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
37201	Superintendência Regional do INCRA do Piauí – SR(24)	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
373002	Setor de Contabilidade da SR(24)	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
373044	37201	

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1. PLANO ESTRATÉGICO DO INCRA PARA O EXERCÍCIO DE 2013

Para uma melhor compreensão do sistema de planejamento e gestão do INCRA deve-se fazer um breve histórico de como isto ocorre na Autarquia, envolvendo os processos de planejamento de curto, médio e longo prazo.

O modelo de gestão do INCRA está estruturado dentro de uma lógica que leva em consideração a base legal estabelecida para os órgãos do Governo Federal, cujo instrumento norteador da ação é o Plano Plurianual do Governo – PPA que envolve o período de 2012/2015.

Desta forma, o planejamento do INCRA de 2013 teve como parâmetro o Planejamento Estratégico definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e INCRA para o exercício de 2013/2014, à luz do PPA 2012/2015, que tinha as seguintes orientações estratégicas para as ações da Autarquia em 2013:

a) Superação da Pobreza Rural

Contribuir para a superação da pobreza rural nos diferentes segmentos da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, priorizando a inclusão produtiva com abordagem territorial.

b) Produção, extração e manejo sustentável

Ampliar e qualificar o uso de sistemas de produção, extração e manejo sustentável, observando as especificidades de cada região e bioma.

c) Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar

Promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental dos diferentes segmentos da agricultura familiar, contribuindo para a oferta de alimentos, produtos e serviços à sociedade.

d) Governança Fundiária

Efetivar uma política de governança fundiária, com articulação interinstitucional e federativa, com instrumentos de conhecimento e gestão da estrutura fundiária e do regime de propriedade e uso da terra e dos recursos naturais.

e) Democratização do acesso à terra

Promover, democratização do acesso a terra, com ações de reforma agrária e fundiárias, observando as especificidades de cada região e bioma e a função social da propriedade, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, a superação da pobreza e da violência no campo.

f) Autonomia das Mulheres Rurais

Promover a autonomia das mulheres no meio rural, com garantia de direitos à cidadania, terra, recursos naturais, produção e a participação social.

g) Promoção do Etnodesenvolvimento

Promover o acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais às políticas produtivas, de garantia de direitos e a regularização fundiária dos seus territórios, contribuindo para o seu etnodesenvolvimento.

h) Autonomia e Emancipação da Juventude Rural

Promover a autonomia e emancipação da juventude rural, contribuindo para a sua permanência no campo e para a sucessão rural.

i) Abordagem Territorial

Consolidar a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento, fortalecendo a integração das políticas agrícolas, agrárias, de serviços, de infraestrutura rural e a articulação interfederativa.

j) Gestão e Participação Social

Consolidar a gestão social como mecanismo de governança do desenvolvimento territorial, aprimorando processos e espaços de participação social e instrumentos de formulação, monitoramento e controle das políticas públicas.

1) Eficiência operacional

Aumentar a eficiência operacional aprimorando a gestão dos processos de trabalho, reduzindo despesas, aperfeiçoando a comunicação interna e incentivando práticas que conduzam à inovação e à agilidade nas entregas.

m) Satisfação da equipe:

Desenvolver ações para aumentar o comprometimento, a capacitação e a satisfação das equipes colaboradoras.

2.2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS OPERACIONAIS DO INCRA PARA O EXERCÍCIO DE 2013

Definida a visão estratégica tática da Autarquia, foram estabelecidas as diretrizes para a implementação do plano através das orientações operacionais, conforme detalhadas a seguir:

2.2.1 Para o Desenvolvimento dos Assentamentos

- Promover a articulação e a integração das ações do Incra com outras políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento dos assentamentos e a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas;
- Desenvolver as ações organizadas em “rotas” de articulação de políticas públicas: os assentamentos são “incluídos” nas rotas por algumas iniciativas e “puxam” outras:
 - Rota **Brasil Sem Miséria (BSM)**, para superar a pobreza nos assentamentos priorizados, garantindo renda, habitação, infraestrutura (estradas, água e luz), ATES, fomento, MDS;
 - Rota **Assentamentos Verdes**, para promover a recuperação ambiental e combater o desmatamento, associado a geração sustentável de renda nos assentamentos, regularização fundiária e ambiental;
 - Rota **Estruturação Produtiva**, para promover organização e agregação de valor na produção, estimulando a comercialização e a ampliação de renda produtiva.

2.2.2 Para a Obtenção de Terras e a Implantação de novos Projetos de Assentamento

- Atender aos novos parâmetros de definição de regiões prioritárias para obtenção de terras (concentração de pobreza rural, concentração fundiária, demanda social fundamentada, disponibilidade de políticas públicas, etc);
- Garantir a implementação do novo rito de obtenção de terras, incorporando estudos de viabilidade, parâmetros de custos por família e uma rota de implantação do assentamento (articulada com a área de Desenvolvimento);
- Integrar a seleção de beneficiários ao cadastramento no CAD-Único, desde o acampamento, possibilitando o acesso a políticas de inclusão social e de cidadania;

2.2.3 Para a Melhoria da Governança Fundiária

- Consolidar o marco normativo de ordenamento da estrutura fundiária no INCRA;
- Qualificar e integrar a gestão de informações fundiárias;
- Aprofundar parcerias federativas e interinstitucionais (com órgãos federais, estaduais e cartórios);
- Ampliar a transparência de procedimentos e informações;

- Qualificar e agilizar produtos e serviços para a sociedade, investindo em tecnologia da informação;
- Definir parâmetros e estratégias para a fiscalização e a atualização cadastral;
- Qualificar a política de controle de aquisição de terras por estrangeiros;
- Aprimorar os processos de identificação, delimitação e titulação de comunidades remanescentes de quilombos.

2.2.4 Para a Gestão

- Qualificar informações e promover integração de bases de dados;
- Monitorar e avaliar metas e marcos do plano de ação;
- Conferir transparência e dar publicidade a ações e resultados desenvolvidos pelo Incra;
- Ampliar a eficiência operacional na execução orçamentária e física;
- Melhorar os ambientes, valorizar a produção dos servidores e estabelecer processos eficientes de trabalho.

2.3 ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA COM O PLANO ESTRATÉGICO DA AUTARQUIA

A atuação da Superintendência Regional no exercício de 2013 se desenvolveu à luz do que foi definido no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Reforma Agrária e Ordenamento Fundiário do País, estabelecido pelo MDA e INCRA para 2013/2014, ajustada as especificidades e prioridades do Estado do Piauí, buscando o cumprimento da Missão Institucional do INCRA.

Para tanto, o plano operacional da SR(24) de 2013 foi elaborado tendo como base as ações que já vinham sendo executadas em 2012, portanto, dando continuidade na suas execuções com os ajustes inerentes às diretrizes institucionais propostas para 2013, utilizando como instrumentos as estratégias de atuação definidas a nível local.

Assim sendo, as especificidades da realidade local levaram a adoção de ações estratégicas que se encontram alinhadas no bojo das que foram estabelecidas pelo plano nacional, conforme se pode observar no detalhamento a seguir:

i) Ação Territorializada, com base nos Territórios da Cidadania/Desenvolvimento

As ações da Superintendência definida para 2013 obedeceram como parâmetro para definição espacial a territorialização das ações definidas para as áreas finalísticas, agrupadas em **11 Territórios**, tendo como referencial o Programa *Territórios da Cidadania*, estratégia do governo federal de articulação de políticas públicas em áreas com baixo dinamismo econômico e precários indicadores sociais, bem como, dos **Territórios de Desenvolvimento**, política instituída pelo Estado do Piauí através da Lei Complementar nº 87/2007, que dialoga com os Territórios da Cidadania.

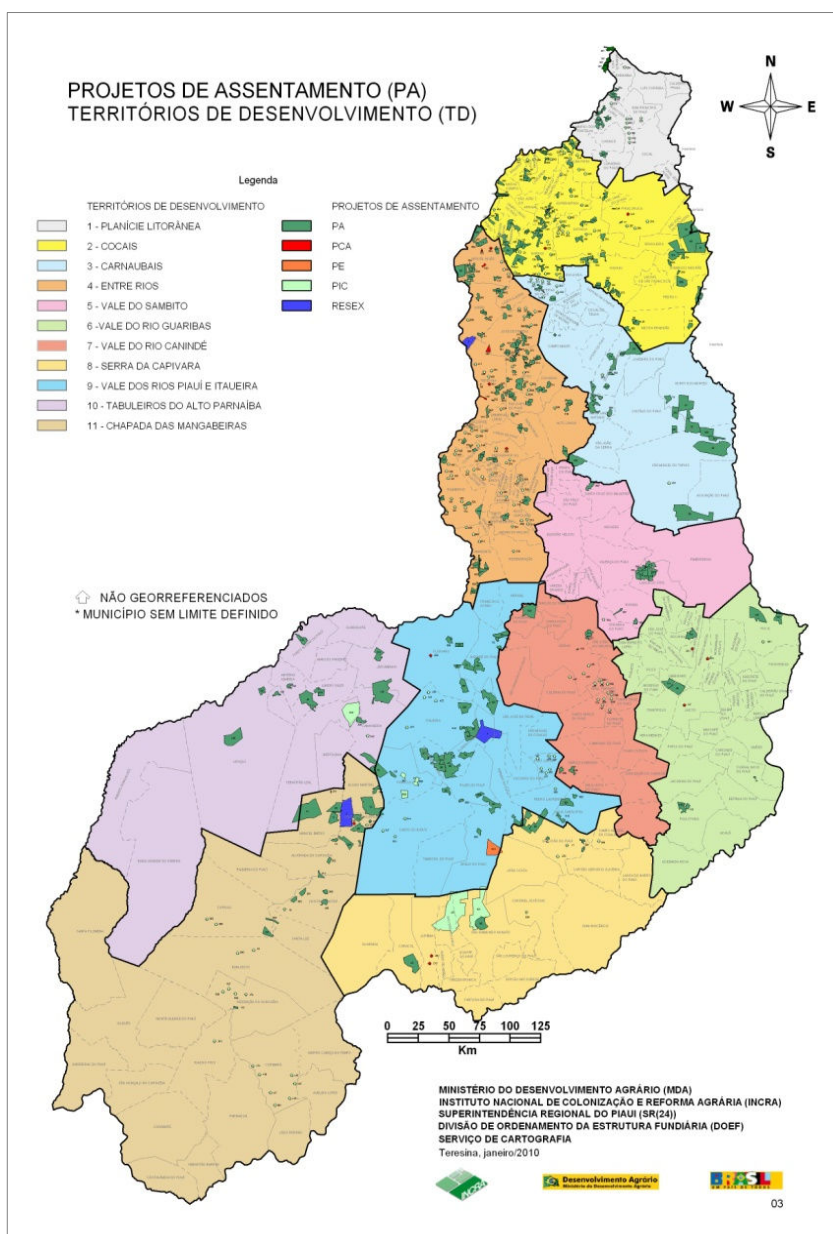


Figura 1 – Mapa da Divisão Territorial do Estado do Piauí

ii) Democratização do acesso a terra tendo como metas a superação dos conflitos agrários; redução da violência e promoção da paz no campo; garantia de direitos humanos e justiça social.

Ação precípua da Missão Institucional da Autarquia, a democratização do acesso a terra, num Estado com elevada concentração fundiária, como ainda se verifica no Piauí, impacta diretamente no esforço de superação dos conflitos agrários ainda existentes no estado. Assim como nos anos anteriores esse eixo continuou sendo destacado, considerando seus resultados, que contribui diretamente para a paz no campo, ao tempo em que assegura direitos básicos e constitucionais de cidadania e justiça social às famílias assentadas.

A política de implantação de assentamentos no Piauí apresenta uma evolução constante, sem curvas muito acentuadas ao longo dos anos, verificando-se uma redução nos últimos anos (quadro 1), conforme diretrizes estabelecidas para esta ação a nível nacional. Em que pese às demandas por desapropriações feitas pelos Movimentos Sociais, um dos maiores problemas fundiários do Piauí que ainda está por ser resolvido é a Regularização Fundiária de posseiros históricos que está há várias gerações na posse dos imóveis em algumas regiões do Estado, sem, contudo, possuírem a documentação da terra, tendo sido esta uma proposta de ação da SR(24) para o exercício de 2013, porém não foi possível executar. No entanto, houve um grande avanço nessa área com a criação em 2013 do Escritório de Governança Fundiária no município de Bom Jesus do Piauí, necessário para ordenar e agilizar o planejamento e a execução de ações fundiárias dessa natureza na região sul e sudoeste do Estado, territórios que apresentam maiores problemas fundiários a serem solucionadas no Piauí.

Quadro 1: Evolução histórica da Implantação de Assentamentos no Piauí

Ordem	Período	Total de assentamentos criados ou reconhecidos pelo INCRA-PI			Total de Assentamentos	Total de Famílias Assentadas	Área Total incluída (em hectare)
		Federal	Estadual	Municipal			
1	Até 1985	3	-	-	3	116	49541,00
2	1986-1988	4	-	-	4	247	8641,57
3	1989-1992	6	2	-	8	525	38596,54
4	1993-1996	18	7	-	25	3192	150213,12
5	1997-2002	124	32	17	173	12589	466031,01
6	2003-2006	80	109	1	190	10832	496831,69
7	2007-2010	63	23	1	87	3721	191681,60
8	2011	-	-	-	-	672*	-
9	2012	11	-	-	11	1028	24.510,61
10	2013	-	-	-	-	488*	-

Fonte: SIPRA/INCRA – SR(24)

Nota: * Não houve criação de projetos em 2011 e 2013, portanto as famílias assentadas nesses anos foram em lotes vagos de projetos existentes.

Em termos de execução de meta de assentamento de famílias em 2013 a Superintendência do Piauí promoveu o assentamento de 488 famílias, sendo que todas elas foram assentadas em lotes vagos, em Projetos de Assentamento (PA's) criados em exercícios anteriores a 2013.

Quanto a regularização fundiária prevista para ser executada em 2013, esta não foi executada pelos motivos detalhados no quadro de execução das ações inserido neste relatório a seguir.

A atuação da Ouvidoria Agrária Regional, vinculada ao gabinete do Superintendente do Piauí, contribuiu para a proteção e segurança das famílias de áreas de acampamentos e daqueles posseiros históricos de imóveis onde se verificam conflitos de posse. Como resultado do trabalho da Ouvidoria e do diálogo permanente com os movimentos sociais do campo, em 2013 não foram registrados conflitos em grandes proporções e nem houve mortes ou agitações classificadas como graves decorridos da luta pela terra na jurisdição do Piauí.

Em outra frente, ainda relacionado com essa estratégia, manteve-se em 2013 o apoio da Superintendência ao trabalho de **prevenção e combate ao trabalho escravo**, em parceria com o Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Escravo, espaço que congrega um conjunto de instituições governamentais e não governamentais.

iii) Qualificação dos projetos de assentamento, notadamente, no que se refere à implantação/recuperação da infraestrutura básica, social e produtiva das áreas reformadas;

Dotar os assentamentos da infraestrutura básica que assegure bem estar às famílias assentadas é uma determinação política e estratégica do INCRA e da atual gestão da Superintendência do Piauí, tendo como objetivo central permitir às famílias a segurança necessária para viverem condignamente, com qualidade de vida, produzindo, gerando renda, tornando-se sujeitos de seu próprio destino, ao tempo em que se busca cessar o ciclo de êxodo rural que ainda é recorrente no meio rural piauiense, com isso, reduzindo também a evasão nos assentamentos.

Nessa ação, não foi possível avançar muito em 2013, em termos quantitativos, pois em face das crescentes demandas por infraestrutura nos assentamentos e as restrições de recursos orçamentários, o atendimento com a contratação dos projetos das obras em 2013 foi aquém das expectativas dos assentados.

Neste sentido, a SR(24) pactuou Convênios para execução de obras de infraestruturas com alguns Municípios do Estado, porém teve dificuldades para viabilizar tais parcerias em face da demora na apresentação e inserção dos projetos básicos no SINCONV por parte dos Convenientes, bem como a limitação do montante de recursos disponibilizado para a ação. Como resultado, a SR(24) conseguiu a contratação de obras para atender 2.558 famílias que foi consolidada no final do ano de 2013 com previsão de execução em 2014. Mesmo assim, foi possível atingir e até superar a meta prevista (204 %) no Plano de Compromisso de 2013.

Vale ressaltar que as obras executadas pelo INCRA dizem respeito à construção/recuperação de estradas vicinais em 23 Projetos de Assentamentos, considerando que os recursos descentralizados para esta ação só possibilitou a contratação de tais projetos.

Vale destacar que ainda resta um passivo considerável em obras de infraestrutura básica em projetos de assentamento no Piauí, passivo esse que vinha sendo reduzido com os incrementos nos orçamentos destinados para obras nos assentamentos nos últimos anos, porém de 2011 para cá, essa mesma condição não ocorreu.

Para exemplificar, o quadro 2 traz o resultado da definição estratégica da gestão regional do INCRA no Piauí em relação aos investimentos em infraestrutura. Observam-se bons resultados obtidos com esta ação nos últimos anos, excetuando-se 2012 que foi inferior à média dos investimentos realizados nos anos anteriores mais recentes.

Quadro 2: Evolução dos investimentos em infraestrutura pela SR(24)PI

ANO	INFRAESTRUTURA Valor dos Investimentos (R\$1.000)
2002	1.463
2003	949
2004	2.051
2005	4.580
2006	2.040
2007	6.261
2008	7.426
2009	14.569
2010	8.281
2011	5.624
2012	3.638
2013	5.305

Fonte: Assessoria de Planejamento e Controle – SR (24). Janeiro de 2014.

iv) Incentivo à produção, fomento à organização das cadeias produtivas e abertura de mercados para a comercialização dos assentamentos.

Superar a barreira da produção de subsistência e modificação do padrão tecnológico e de renda nos assentamentos é uma meta continuada da Superintendência do Piauí. A partir do recorte territorial adotado, tem-se buscado potencializar os arranjos produtivos locais e territoriais, ao tempo em que se articulam parcerias para a melhoria do padrão tecnológico dos sistemas produtivos e/ou extrativistas, bem como, se viabilizam e/ou ampliam mercados para a produção, sejam mercados institucionais (CONAB, Compra Direta-SDR, Prefeituras/Merenda Escolar), ou a iniciativa privada.

No ano de 2013, ressalta-se a continuidade da ação da Empresa VEGEFLORA, no Território dos Cocaís, permitindo a exploração sustentável do Jaborandi em áreas de assentamento daquele Território, resultando na conclusão de dois Planos de Manejo Florestal não Madeireiro, abrangendo os assentamentos Olho D'água Cercado e Jenipapeiro, oportunizando mais uma alternativa de renda para as famílias assentadas.

Ainda nessa área, foram implementados 04 planos de manejos para exploração madeireira nos projetos de assentamento Canaã, Arizona I, Arizona II e Serra do Batista, localizados no Território do Vale do Sambito.

v) Organização e modernização administrativas e melhoria das condições de trabalho e qualificação dos servidores;

A organização e modernização administrativas são ações permanentes e continuadas na estratégia de gestão da Superintendência do Piauí. No exercício de 2013, teve continuidade o esforço de superação do passivo existente de processos pendentes de conclusão, sobretudo, Convênios pretéritos, tendo-se conseguido reduzir o passivo, restando apenas 9 (nove) Convênios que ainda se encontram com pendências para seus encerramentos.

No segmento qualificação de pessoal, por restrições orçamentárias e novas diretrizes emanadas pela coordenação Nacional desta Ação quanto a sua execução em 2013, a SR(24) não teve condições de ter um desempenho satisfatório como nos anos anteriores, tendo conseguido atingir apenas 60,5 % da meta prevista de capacitação dos servidores no exercício de 2013. Tal resultado ainda foi possível atingir em face do esforço do setor de capacitação local ter ofertado aos servidores da SR(24) cursos internos abordando temas de interesse do INCRA.

vi) Aperfeiçoamento e aprofundamento dos instrumentos de planejamento, monitoramento e avaliação da gestão e dos processos a ela inerentes;

A internalização da prática do planejamento e a compreensão de que o monitoramento e a avaliação são atividades intrínsecas ao processo de gestão, tem sido uma constante, num processo continuado de qualificação da gestão da Superintendência.

Nesse campo, destaca-se em 2013:

- A continuidade no aperfeiçoamento na elaboração da programação operacional e ações correlatas, a partir do diálogo com o conjunto dos servidores através de reuniões e seminários institucionais;
- Aprimoramento na utilização dos sistemas informatizados institucionais de monitoramento e controle das ações;
- Aprimoramento dos instrumentos de monitoramento no âmbito da Regional, sobretudo, para o acompanhamento da aplicação de recursos do crédito instalação e de execução de obras de infraestrutura nos assentamentos, Controle de Contratos Administrativos, Controle de Processos de Certificação;

Como fator limitante à execução das ações planejadas, registra-se as indefinições recorrentes quanto a operacionalização do Orçamento Geral da União (cortes e contingenciamento), que em 2013 não foi diferente, associado a outros fatores já mencionados, foram limitantes para o avanço de maioria das ações programadas para execução no período.

vii) Ampliação e fortalecimento de parcerias entre as instituições governamentais e não governamentais, para a consecução da missão e objetivos institucionais;

A articulação de parcerias institucionais, sejam elas governamentais ou não governamentais, é condição *sine qua non* para a consecução da Missão Institucional da Autarquia, dada a complexidade do escopo das ações a ela atribuída. Partindo desse entendimento, buscou-se no exercício 2013 adequar as parcerias já firmadas, ao tempo em que se trabalhou em novas frentes, ampliando-as, conforme destaca a seguir:

- Manutenção e ampliação dos Convênios com Prefeituras Municipais para o funcionamento das Unidades Municipais de Cadastro – UMC's;
- Manutenção do Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Meio Ambiente do Piauí – SEMAR, para o licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento;

- Manutenção do Termo de Cooperação Técnica com o Instituto de Terras do Piauí – INTERPI, para regularização fundiária de comunidades quilombolas e agricultores familiares;
- Manutenção da parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB no segmento de comercialização da produção dos assentamentos de todo o estado;
- Consolidação da parceria firmada com o Serviço Florestal Brasileiro (SFB/MMA), com apoio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMAR) na execução da ação de Manejo Florestal Comunitário e prestação de assistência técnica em atividades florestas em cinco Projetos de Assentamento do Território do Vale do Sambito.
- Parcerias com as Prefeituras Municipais de Batalha, Buriti dos Lopes, Novo Santo Antônio do Piauí, Geminiano, Pedro II, Porto, São João do Piauí e com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Território dos Cocais - CITCOCAIS, através de Convênios para execução de obras de infraestrutura de estradas e pontes para melhoria dos acessos a alguns assentamentos rurais nestes municípios.

viii) Licenciamento ambiental, como pressuposto de sustentabilidade dos projetos de assentamento.

Os pressupostos da sustentabilidade ambiental passaram a integrar em definitivo a estratégia geral na implantação e consolidação dos projetos de assentamento na jurisdição da Superintendência do Piauí. No entanto, a ação de licenciamento ambiental dos assentamentos no exercício de 2013, sofreu solução de continuidade no ritmo que vinha sendo executado nos anos anteriores. Tais fatos se justificam pelas Normas estabelecidas com a criação do Cadastro Ambiental Rural - CAR que modifica a forma de licenciamento dos assentamentos rurais do INCRA, cujo instrumento ainda não está sendo operacionalizado pela SR(24) e nem regulamentado/cobrado pelo Órgão Ambiental Licenciador – SEMAR. Em função disto e da paralização periódica das atividades dos Peritos Agrários (Engenheiros Agrônomos) na SR(24), no Piauí só foram protocoladas 4 licenças em 2013, atingindo, apenas 7,5% da meta prevista para 2013, que era de 53 licenças.

3. ACOMPANHAMENTO DOS PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS DA GESTÃO

3.1 ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA

3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 3: Ações do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	3.348	6.940	66.133,58	57.146,68	41.116,68	41.116,68	16.030,00
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	-	-	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	1.000	0	70.000,00	65.303,80	62.636,03	62.636,03	2.667,77
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	-	-	-	-	-	-	-
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	-	-	-	-	-	-	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	4	0	33.913,00	31.202,30	31.202,30	31.202,30	-
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e SIR

Quadro 4: Ações do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	0	10.385,00	-	10.385,34	0
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	-	-	-	-	-
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	-	-	-	-	-
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	-	-	-	-	-
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	-	-	-	-	-
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	-	-	-	-	-
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e SIR

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.1.2 Cartografia

A gestão da malha fundiária sob jurisdição da SR(24) é realizada por meio de sistemas de informações geográficas - SIG's, cuja base cartográfica compreende os Projetos de Assentamentos, Acampamentos, Territórios Quilombolas, Imóveis rurais Públicos e Privados, bem como produtos da Regularização Fundiária (convênio INCRA/INTERPI).

Quanto à certificação gratuita de que tratam o § 3º do art. 176 e o § 3º do art. 225 da Lei no 6.015, de 1973, a mesma está contemplada nas ações a serem desenvolvidas pelo Escritório de Governança Fundiária, criado no exercício de 2013 no município de Bom Jesus, através do Termo de Cooperação entre INCRA/INTERPI.

No exercício de 2013, foram abertos (protocolados) e certificados na SR(24) 256 processos de certificação. Além destes a equipe técnica da SR(24) procedeu análises de outros processos pendentes de exercícios anteriores que parte deles foi certificado e outros forma arquivados por algum tipo de inconsistência técnica ou jurídica.

Quanto ao passivo de georreferenciamento dos imóveis pertencentes ao patrimônio do INCRA no Piauí que é de 236, a estratégia a ser adotada para solução do problema é estruturar o setor de Cartografia da SR(24) com mais técnicos e equipamentos, além de disponibilização de recursos orçamentários e financeiros estimados em R\$ 7.651.373,23 para execução de serviços de georreferenciamento no período de 2014/15, considerando um total de 118 PA's em 2014 com custo estimado em R\$3.825.686,86 e 118 PA's em 2015, no valor de R\$3.825.686,86.

3.1.3 Territórios Quilombolas

No exercício de 2013 não foi possível concluir nenhuma meta prevista da ação de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas, por alguns motivos: i. Atraso na entrega dos Relatórios Antropológicos contratados por meio de edital elaborado pela Sede junto à empresa Terra Ambiental, cuja previsão de entrega era até final de 2013; ii. A meta de publicação de um RTID previsto para 2013 não foi possível ser realizada, tendo em vista que a finalização dessa ação necessita de procedimentos técnicos (ação discriminatória das terras) por parte do INTERPI, o que ainda não foi realizado. Em relação às

outras atividades desenvolvidas no setor, a mobilização dos peritos federais agrários, por melhorias salariais, contribuiu para o baixo desempenho desta ação no exercício.

No entanto, ressalta-se que em 2013 foram realizadas algumas atividades, com os recursos descentralizados, visando alcançar as metas propostas, tais como: qualificação de processos administrativos de regularização de territórios quilombolas, fiscalização dos serviços/relatórios que estão sendo elaborados através da empresa Terra Ambiental, bem como entrega de notificações aos proprietários relacionadas ao trabalho que está sendo executado pela empresa supracitada.

3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor

As principais atividades desenvolvidas pelo gestor responsável pelo Ordenamento da Estrutura Fundiária, que serviram de controle, foram reuniões sistemáticas realizadas com os diversos serviços ligadas a Divisão, bem como a utilização de ferramentas de sistemas tais como SISPROT, SISDOC, SISCERT, voltadas para o acompanhamento de processos administrativos, documentos e processos de certificação, respectivamente. Quanto ao controle e gestão da malha fundiária na jurisdição da SR(24) o instrumento adotado é o banco de dados dos imóveis georreferenciados do INCRA, bem como os diversos mapas temáticos elaborados, através do serviço de geoprocessamento, ligado a Divisão de Ordenamento Fundiário desta Superintendência.

3.1.5 Indicadores

Os resultados obtidos através dos indicadores de desempenho das Ações vinculadas a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR(24), traduzem uma realidade no tocante a atuação e desempenho da política de Ordenamento da Malha Fundiária no País. Os indicadores avaliados possuem as seguintes explicações:

a) Índice de Cadastramento de imóveis rurais (74,44%) - o resultado obtido demonstra que o Estado ainda possui cerca de um quarto do seu território sem cobertura cadastral dos imóveis na base do INCRA-SNCR, isto se justifica em parte em função do Cadastro ser declaratório e, ainda, a existência de áreas devolutas não regularizadas;

b) Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis (104,10%) - O resultado deste índice indica que a quantidade de processos analisados e finalizados no exercício de 2013 (432 PAC's) superou a quantidade de processos protocolados no referido exercício (390 PAC's), isto devido ao passivo registrado de exercícios anteriores a 2013. Tal resultado evidencia o bom desempenho dos analistas do Comitê Regional.

c) Índice de regularização fundiária (0%) - O resultado deste índice justifica-se pelo que segue: As ações da Regularização Fundiária são desenvolvidas em parceria com o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) através de Termo de Cooperação Técnica, o qual foi inspirado em 2013, logo necessitava de renovação para realização das ações, e que por motivos burocráticos houve uma certa demora. Agregado a isso, houve corte no orçamento, logo não se teve recursos suficientes nem tempo hábil para executar a meta proposta. Visto isso, foi sugerido à Diretoria do INCRA repactuação das metas, reduzindo-a para 350 imóveis, desde que fossem descentralizados os recursos previstos. No entanto, nem as metas foram repactuadas, nem o recurso foi disponibilizado. Contudo, vale ressaltar que a equipe técnica da Regularização Fundiária, juntamente com técnicos do Cadastro, se envolveu em outra ação, também, urgente, que não estava prevista, ou seja, elaboração do projeto de implantação do Escritório de Governança Fundiária, inaugurado em Bom Jesus-PI, em dezembro de 2013, oportunidade em que foi realizado um Seminário sobre a governança fundiária e as diretrizes voluntárias da FAO, onde contou com a presença do Diretor de Ordenamento Fundiário do INCRA, Dr. Richard Torsiano e do Coordenador Geral de Cadastro Dr. Evandro Cardoso, Superintendente da SR(24) Francisco Limma, Prefeitos Municipais da Região, dentre outras autoridades representantes das entidades que compõem o Fórum Agrário.

Quadro 5: Indicadores do Macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	75,44 %
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb	104,10 %
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	“0” Ver justificativa

Fonte: SIR

3.1.6 Atuação da Superintendência Regional SR(24) na Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

No Piauí, as terras públicas pertencem ao patrimônio do Estado, cujo órgão com atribuições para realizar o trabalho fundiário é o Instituto de Terras do Piauí - INTERPI, que possui estrutura técnica, administrativa e financeira insuficiente para desenvolver trabalho de certa magnitude, nesta área. Em função disto, a SR(24) decidiu em 2013 dar continuidade com a parceria até então existente, através de Termo de Cooperação Técnica, objetivando somar esforços com o Governo do Piauí na solução dos problemas de legalidade das posses das terras que são mais evidentes em algumas regiões do Piauí, afetando diretamente os trabalhadores rurais que se encontram na posse da terra.

Embora seja do conhecimento público a existência de muitas irregularidades na posse da terra principalmente nas regiões sul e sudoeste do Estado, no entanto, poucas ações concretas até então haviam sido realizadas para a solução desse problema. Em 2013 foi dado um passo importante, com a criação do Escritório de Governança Fundiária no município de Bom Jesus que somado a atuação da Vara Agrária também instituída no município poderá trazer resultados satisfatórios para a política de regularização fundiária na região.

3.2 OBTENÇÃO DE RECURSOS FUNDIÁRIOS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO

3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 6: Ações do Macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	58.017	12.702,11	187.409,92	176.739,07	176.739,07	176.739,07	-
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	830	488	102.918,62	99.155,10	99.155,10	99.155,10	-
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	21.986	-	721.387,45	253.269,96	19,15	19,15	253.250,81
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	-	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	2	-	19.334,00	17.295,39	13.123,39	13.123,39	4.172,00
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	52	4	7.067,34	3.746,96	3.746,96	3.746,96	-

Fonte: SIAFI e SIR

Quadro 7: Ações do Macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	-	-	-	-	-
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	-	5.749,70	-87,56	5.662,14	-
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	543.291,70	-	-	543.291,70
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	-	-	-	-	-
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	-	-	-	-	-
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	-	6.000,00	-21,63	2.515,64	3.462,73

Fonte: SIAFI e SIR

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

- Estratégia local para prospecção de terras públicas e privadas para utilização no PNRA regional;
 - Dar continuidade aos processos de obtenção de terras em andamento;
 - Consolidar o Diagnóstico Regional, que está em fase final de elaboração, em cumprimento à ordem de Serviço nº 41 de 11 de agosto de 2011;
 - Dar continuidade à capacitação de servidores;
 - Continuar dando ênfase às áreas de conflito, sem prescindir das áreas de grande dimensão, com maior impacto no atingimento das metas de vistoria, cadastro seleção e homologação de famílias.
- Demonstração do planejamento e resultados obtidos nas atividades de vistoria e avaliação (nº planejados e obtidos);
 - Estava programado para esta ação de Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais um total de 58.017 ha, vinculada a um orçamento de 290.000,00 reais. A execução dessa ação representou somente 21,9% da meta física prevista e foram utilizados 60,9% dos recursos orçamentários previstos. Vários motivos concorreram para que esta ação não fosse realizada em sua plenitude, já elencada inicialmente, somando-se ainda a baixa capacidade operacional da Superintendência, no tocante a recursos humanos, maior tempo e complexidade dos trabalhos de vistorias e avaliação exigidos pelo Novo Fluxo do Processo de Obtenção de Terras, dentre outros;
 - Justifica-se o montante das despesas liquidadas, em face da realização de vistorias de campo para levantamento de dados e informações complementares, na qual não apresenta nenhum impacto na meta física da ação, incluindo-se ainda a realização de perícias judiciais, pesquisa de preço de terras e levantamento de área a ser explorada com produto florestal em imóvel rural decretado de interesse social para fins de Reforma Agrária;
- Modalidade de Obtenção mais adotada;
 - A modalidade de Obtenção de terras mais adotada pela Superintendência Regional é a desapropriação, frente às outras modalidades de aquisição de imóveis rurais destinados ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

- Custos médios aplicados por hectare:
 - Pelo histórico observado quanto aos custos de aquisição de terras para a Reforma Agrária no Piauí, observa-se que está havendo um aumento por hectare dos imóveis adquiridos pelo INCRA. A título de exemplo em 2010 o custo médio foi de R\$ 139,51/ha; em 2011 foi de R\$ 188,20/ha; em 2012 foi de R\$ 318,94/ha.
- A Aferição dos indicadores utilizados para medir o desempenho na ação de obtenção de recursos fundiários para a implantação de PA's são: (a) Índice de gastos com obtenção de terras; (b) Índice de protocolos de licença ambiental para PA; (c) Índice de PA com licença ambiental em vigor que no exercício de 2013, foram abaixo da média dos anos anteriores.

3.2.3 Considerações sobre gestão dos valores descontados no exercício referente a áreas de reserva legal e preservação permanente

- Procedimento não adotado pela SR no ano de 2013.

3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados

- Não houve imóveis desapropriados pela SR no ano exercício de 2013.

3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

- Os projetos criados em gestões anteriores foram realizados cadastros para preenchimento de vagas oriundas de desistências e retomada de lotes, buscando famílias ocupantes com perfil adequado, agricultores filhos de assentados e/ou da região vizinha ao assentamento;
- Em projetos criados no ano de 2012, foram realizadas reuniões com os candidatos, mobilizados por suas representações, para instruí-los quanto aos procedimentos do processo de seleção de famílias, bem como sobre o perfil do público alvo do Programa Nacional de Reforma Agrária, além de informações necessárias para a criação da Associação de Beneficiários, dos direitos e deveres e do Crédito Instalação e das questões ambientais. Após a reunião, aqueles candidatos que se sentiam habilitados a concorrer a uma vaga como beneficiários tiveram seus cadastros efetivados.
- Foram inseridas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA um total de 1.772 famílias, deste total 488 unidades familiares foram homologadas como

beneficiárias do PNRA, ficando um passivo de 1284 candidatos. Desse total, 1195 são acampados e/ou posseiros históricos de áreas a serem adquiridas e integradas ao PNRA.

A ação de Cadastro, Seleção e Homologação de famílias resultou em 58,8% da meta física pactuada e foram utilizados pouco mais de 50% dos recursos orçamentários previstos, apresentado consonância entre os resultados alcançados e os meios utilizados. Vários motivos concorreram para que esta ação não fosse realizada em sua plenitude, já elencados neste relatório, porém, vale destacar que a descontinuidade da ação de Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento, gerou o maior impacto para que a atividade de Cadastro, Seleção e Homologação de famílias não fosse realizada integralmente.

3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor

O controle da execução na Divisão de Obtenção é feito com base no plano de ação aprovado para o exercício de 2013, sendo feito monitoramento mensal, através dos resultados obtidos pelas equipes designadas para as execuções das ações com o registro em planilhas específicas de controle que é arquivada na Divisão de Obtenção e enviada para a Diretoria do INCRA em Brasília.

3.2.7 Indicadores

Quadro 8 - Indicadores do Macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA.	0
				Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT -	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	16,0
				Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	23,3

Fonte: SIAFI e SIR

- a) Índice de gastos com Obtenção de Terras: este indicador não foi possível medir em função de não ter havido aquisição de terras em 2013;
- b) Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento: indicador refletindo o baixo desempenho no protocolo de licenças ambientais junto à SEMAR, fato já explicado no bojo deste Relatório (licenças protocoladas (4) dividida pelas licenças expedidas no exercício (25).
- c) Índice de Projeto de Assentamentos como licença ambiental em vigor: indicador que reflete uma redução de cobertura dos projetos de assentamentos com licenças ambientais em vigor no Piauí (licenças em vigor (LP e LIO) em dezembro de 2013 (115), dividido pelo número de assentamentos federais existentes na mesma data - 493.

3.3 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO

3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 9 - Ações do Macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	13.749	0	102.503,90	98.005,76	98.005,76	98.005,76	-
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	-	-	-	-	-	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	-	-	-	-	-	-
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	2.454	2.558	5.305.301,38	5.305.201,96	73.915,34	73.915,34	5.231.286,62
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)			40.451,40	40.451,40	40.451,40	40.451,40	-
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	3.042	65.000,00	64.015,19	64.015,19	64.015,19	-
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	1.545	823	46.065,00	46.026,02	46.026,02	46.026,02	-
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	267	464	116.137,53	115.613,29	115.613,29	115.613,29	-
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	1.742	1.976	65.400,00	64.928,82	64.928,82	64.928,82	-
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	720	0	437.604,60	436.782,37	22.371,37	22.371,37	414.411,00
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	-	-	15.096,80	11.421,16	11.421,16	11.421,16	-
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e SIR

Quadro 10 - Ações do Macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar*.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	-	3.326.978,00	2.047.501,31	842.922,39	436.554,30
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	-	-	-	-	-
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	-	42.860.400,00	27.456.000,00	110.000,00	15.294.400,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	-	1.192.433,62	-	1.176.962,89	15.470,73
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	-	32.040,63	-	32.040,63	-
20S7	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	-	12.020,00	-	12.020,00	-
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	-	-	-	-	-
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	-	-	-	-	-
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	-	-	-	-	-
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	-	-	-	-	-
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	-	-	-	-	-
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI e SIR

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.3.2 Diagnóstico, por Microrregião da Jurisdição da SR, a respeito dos Déficits de Infraestrutura.

Historicamente, há um passivo de infraestrutura básica nos Projetos de Assentamentos do INCRA no Piauí. Essa situação se justifica em detrimento do crescimento anual do número de assentamento e as limitações orçamentárias anuais do Governo Federal para atender às demandas por infraestruturas nesses projetos.

Ao longo da atuação do INCRA na Reforma Agrária no Piauí, observa-se que anualmente é destinado recursos para a execução de obras nos assentamentos, no entanto, os montantes de recursos destinados estão sempre na mesma faixa, com exceção de algum ano atípico que foi destinado valor acima do que normalmente é liberado para o Piauí.

Tal situação tem sido um problema a mais a ser enfrentado pela SR(24), pois a permanência dos assentados na terra passa pelas condições de sobrevivência que são disponibilizadas às famílias assentadas.

Por outro lado, o Governo Federal tem conhecimento dessa situação e vem procurando solucionar ou amenizar essa questão, se não vejamos: no tocante a infraestrutura de energia elétrica foi destinado recursos do Programa Luz para Todos para investimentos nos Assentamentos, o que veio reduzir o passivo nessa área. Em 2013, foi criado o Programa Água para Todos com a participação do Governo Estadual, cujo objetivo é levar infraestrutura de água para as comunidades rurais carentes, em especial às famílias assentadas. Tal Programa iniciou sua implementação em 2013 e terá um grande desafio no tocante ao suprimento de água potável aos assentados, considerando ser esta Ação a que mais é reclamada por eles e, por conseguinte, o maior passivo em infraestrutura da SR(24). Por último, tem-se o passivo de construção e recuperação de obras de acesso aos assentamentos, neste caso, o Governo Federal, através do MDA, contemplou em 2013 todos os municípios que possuem assentamentos implantados no Piauí com máquinas e equipamentos destinados a construção e recuperação de estradas vicinais (caminhão caçamba, motoniveladora, retroescavadeira, caminhão pipa), o que irá viabilizar parcerias com a Superintendência Regional do INCRA no sentido de utilizar tais equipamentos na execução de obras para os assentamentos, situação já negociada com algumas Prefeituras Municipais em 2013.

3.3.3 Demonstração dos resultados das ações

A execução das ações voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos no Estado do Piauí no exercício de 2013 apresentaram resultados satisfatórios para algumas atividades, no entanto registraram-se, também, resultados insatisfatórios para outras, neste caso, em função de vários motivos, a seguir explicitados:

a) Ação de Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Seguindo orientação da direção nacional do INCRA, a SR(24) procurou estabelecer parcerias com os municípios que foram contemplados com máquinas do PAC-II pelo Governo Federal, para isso promoveu em junho de 2013, a realização de evento no auditório do INCRA/PI com a presença de prefeitos, vereadores, presidentes de associações dos assentados, dirigentes de STTRs e dos movimentos sociais, aos quais foram apresentados as condições para o estabelecimento das parcerias e a forma de apresentação das propostas dos projetos.

As prefeituras iniciaram a entrega de projetos na SR(24), a partir de setembro de 2013, alguns com necessidades de ajustes, os quais após corrigidos resultaram no estabelecimento de Convênios com os municípios de Batalha, Buriti dos Lopes, Novo Santo Antônio, Geminiano, Pedro II, Porto, São João do Piauí e com Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Território dos Cocais – CITCOCAIS. Estas parcerias proporcionarão a construção e/ou recuperação de 321,57 km de estradas junto a 2.558 famílias de assentados, com recursos da ordem de R\$ 5.305.201,96, bem acima do orçamento previsto de R\$ 3.409.600,00. Como o empenho dos recursos só ocorreu no final do exercício de 2013, as referidas obras deverão ser executadas em 2014, com atingimento da meta física em 104% da meta prevista.

Além disto, através da equipe técnica da SR(24), foram elaborados em 2013, 35 projetos para construção e/ou recuperação de 346,04 km de estradas, para beneficiar 2.047 famílias. No entanto, tais projetos não foram contemplados com recursos orçamentários no exercício, por conseguinte, não foram contratados.

Quanto à viabilização das infraestruturas de abastecimento de água, existe na SR(24) um estoque de 53 projetos elaborados, que beneficiam 3.490 famílias, além de demanda para elaboração de

mais 76 projetos de abastecimento para beneficiar 6.170 famílias. Com o redirecionamento desta ação para o programa Água para Todos, que tem o Governo do Estado como executor, os projetos e a demanda priorizando os assentamentos incluídos no Programa Minha Casa Minha Vida foram repassados para o Estado, cujas ações estão previstas para serem iniciadas em 2014.

b) Supervisão e Fiscalização a Concessão do Crédito Instalação

Em 2013 foram supervisionados e fiscalizados a Concessão do Crédito Instalação junto a 3.042 famílias, referente a 74 processos de crédito. Esta ação sofreu descontinuidade em 2013, a partir da Portaria Nº 352, de 18 de junho de 2013, que determinou a suspensão das operações de concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas e o recolhimento dos recursos financeiros do crédito instalação depositados pela Autarquia nas contas bancárias das Associações dos Assentados. Dos recursos recolhidos foram estornados à SR(24) o correspondente a 66 processos de crédito.

Porém, apesar do estorno dos créditos em aplicação, não houve disponibilização orçamentária para continuidade desta ação, prejudicando a conclusão da aplicação dos referidos créditos.

c) Concessão do Crédito Instalação

No ano de 2013 não houve descentralização orçamentaria referente à ação de Crédito Instalação, devido a reformulação dos procedimentos de concessão de crédito.

d) Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento

No exercício de 2013, foram expedidos 1.976 títulos em 44 projetos de assentamentos, sendo 1.788 CCU e 188 CCDRU, bem acima da meta estabelecida de 1.742 títulos. Para o atingimento desta meta, a SR(24) tomou como parâmetro a emissão dos títulos para os assentamentos que estavam incluídos nas rotas de prioridades: PMCMV, PBSM, com aplicação do crédito instalação, projetos de assentamentos novos.

Objetivando a emissão dos títulos a beneficiários que estão nos assentamentos, a equipe técnica adota os seguintes procedimentos: i. Visita prévia ao Projeto de Assentamento para coleta documentos e atualização dos dados cadastrais no SIPRA; ii. Convocação das famílias através de

Editais de Convocação, para isso equipe visita o Projeto de Assentamento para fixação do edital e explicação dos procedimentos; iii. Assinatura dos títulos pelos assentados e iv. Entrega dos títulos aos beneficiários.

e) Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento

Em 2013 foram supervisionados 823 lotes, 53,3% dos 1.545 previstos, tendo como estratégia de priorização para esse trabalho os seguintes parâmetros: índice de evasão; localizar-se nas rotas de prioridades e os que apresentam solicitação das associações.

O não atingimento pleno da meta prevista para 2013 desta ação deu-se em função da descentralização parcial (37,3%) dos recursos orçamentários previstos que era de R\$ 123.600,00. É importante ressaltar que o orçamento descentralizado proporcionaria apenas a realização de 575 supervisões, no entanto a SR(24) realizou 823 supervisões, atingindo um percentual de 143,13% superior, demonstrando a eficácia da estratégia adotada pela SR(24).

f) Fomento à Agroindustrialização e Comercialização - Terra Sol

Quanto a esta ação, a sua execução se deu através do apoio à realização do IV FESTIVAL DA UVA, realizado no período de 14 a 16 de novembro, no município de São João do Piauí. O festival tem como referência a experiência exitosa do projeto de assentamento Marrecas na produção de uva, como resultado de convênio entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Parnaíba e São Francisco (CODEVASF), estando em curso à implantação pela CODEVASF de um projeto de 1.000 hectares irrigados dentro do assentamento Marrecas.

g) Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Nesta ação priorizou-se a realização das atividades de demarcação topográfica das agrovilas, lotes de moradia, visando atender a demanda dos projetos de habitação pelo Programa Minha Casa Minha Vida/PNHR, tendo sido realizados a demarcação topográfica de 558 lotes, em 13 projetos de assentamentos, atingindo uma execução de 202%, portanto, bem acima da meta estabelecida para o exercício de 2013 que era de 276 famílias.

h) Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária

Os contratos celebrados no final do exercício de 2011, cuja vigência era de um ano, foram prorrogados por mais noventa dias, sendo finalizados entre janeiro e março de 2012. Visando qualificar a execução do Programa de ATER, em 2013 optou-se por não renová-los e realizar novas contratações. A meta de atendimento de ATER estipulada para este exercício foi de 13.749 famílias. Desta forma, foi publicada em outubro de 2013 a Chamada Pública, cujo objeto era a prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural ao número de assentados determinado na meta.

Ocorreu que apenas uma entidade concorreu ao certame, mas não foi classificada, já que não atendeu aos pré-requisitos mínimos do Edital. Sendo assim, não houve vencedor e a meta não foi atingida. Em face disto, a SR(24) teve que relançar a Chamada Pública que deverá ser efetivada em 2014.

Quanto ao valor empenhado de R\$ 98.005,76 (Noventa e oito mil, cinco reais e setenta e seis centavos), registra-se que foram gastos na fiscalização dos contratos que estavam sendo finalizados, na qualificação da demanda para a construção da nova Chamada Pública, bem como na participação dos técnicos da SR(24) em eventos realizados pelo INCRA Sede, como foi o caso do evento ocorrido na cidade de Petrolina-PE, que contou com a participação de três servidores, o segundo foi realizado em Brasília, com a participação de dois servidores e o terceiro, na cidade de Campina Grande – PB, também com a participação de dois servidores.

Em se tratando da execução de Restos a Pagar, observa-se que foram cancelados recursos da ordem de R\$ 2.047.501,31 (dois milhões e quarenta e sete mil, quinhentos e um reais e trinta e um centavos). Tal cancelamento deveu-se a não realização de alguns serviços estipulados nos contratos de ATER e, portanto, não foram pagos, ou ainda devida à realização parcial, o que levou o INCRA a efetuar o pagamento parcial dos mesmos.

Por outro lado, os recursos inscritos em restos a pagar que efetivamente foram pagos no exercício de 2013 somam a quantia de R\$ 842.922,39 (Oitocentos e quarenta e dois mil, novecentos e vinte e dois reais e trinta e nove centavos) referente ao pagamento dos serviços executados.

i) Educação de Jovens e Adultos no Campo – EJA

No exercício de 2013 foi firmado Convênio do INCRA com o Movimento de Educação de Base – MEB, pra execução de Projeto de Alfabetização e Escolarização.

Os recursos orçamentários descentralizados e empenhados, no valor de R\$ 414.411,00, referem-se à primeira parcela do Convênio, foram inscritos em “Restos a Pagar”, não tendo sido feita a descentralização financeira em 2013.

O referido Convênio beneficiará 720 jovens já selecionados de assentamentos da Reforma Agrária.

3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento

A consolidação de projetos de assentamentos rurais do INCRA é uma meta que há muitos anos vem sendo discutida no âmbito da política de Reforma Agrária do País. No entanto, há divergências de opiniões quanto a sua execução, principalmente na visão de boa parte dos líderes dos Movimentos Sociais que não consideram satisfatória a forma como se pretende realizar a consolidação dos assentamentos, pois esta é uma condição para a emancipação dos mesmos, aspecto que não é consenso por parte das lideranças das entidades que atuam na área da Reforma Agrária no País.

Assim sendo, considerando que a consolidação dos assentamentos passa necessariamente pela estruturação dos mesmos, propiciando-lhes condições para a autogestão dos assentados, em 2013 não houve orientação técnica e nem recursos orçamentários destinados à SR(24) para o execução de ação em nível das Superintendência Regional.

3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor

Como sistemática de controle das ações da Divisão de Desenvolvimento, faz-se utilização de planilhas eletrônicas onde são relacionados às ações previstas e executadas durante o ano. No caso do crédito instalação utiliza-se a ferramenta eletrônica denominada de SISCREC – Sistema de Controle do Crédito Instalação/NTI-SR(27), que proporciona o controle do fluxo de demanda e aplicação do credito instalação.

3.3.6 Indicadores

Quadro 11 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229.	0
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – Fonte Módulo de monitoramento. Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227.	0
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra Rel. 233 .	18,0
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	justificativa
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra relatório 229 em 12.01.2013	0 0
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	2,41
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra Rel 229.	0

Fonte: SIAFI e SIR

1. Índice de acesso à água para consumo doméstico;

No exercício de 2013 não houve provimento de água potável (encanada, de poço ou de cisterna) às famílias assentadas, motivado pela mudança de estratégia de execução de obras de infraestrutura de abastecimento de água que passaram a ser incluídas na rota do programa água para todos.

2. Índice de provimento de PDA/PRA;

No exercício de 2013 não houve aprovação de PDA/PRA. Registra-se o encaminhamento ao INCRA pelas empresas contratadas de 41 PDA's para análise, no entanto foram identificadas pendências pelos analistas, tendo os mesmos sido devolvidos as prestadoras de serviço, sendo que destes 07 PDA's já foram corrigidos e retornaram ao INCRA, estando em reanálise.

3. Índice de acesso à moradia nos assentamentos;

O índice de 18% de acesso à moradia nos assentamentos no exercício (88 casas construídas), estar relacionado à suspensão da aplicação do crédito instalação, através da Portaria N° 352, de 18 de junho de 2013, bem como na dinâmica da realização da ação, através do programa Minha Casa Minha Vida, na qual os parceiros só iniciaram os trabalhos de elaboração de projetos no segundo semestre de 2013.

4. Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção;

Este índice não foi possível calcular em função da falta de informações dos créditos contratados pelos Bancos.

5. Índice de provimento de Assistência Técnica;

Não houve famílias atendidas no exercício de 2013 referente a esta meta. Durante o exercício citado a equipe técnica preparou Chamada Pública, tendo sido lançada em outubro de 2013, porém não houve entidade classificada.

6. Índice de Parcelas Supervisionadas;

Foram supervisionadas 823 (2,41%) parcelas do universo de 34.096 existentes, a previsão da SR(24) era atingir 4,5% das parcelas, porém o orçamento descentralizado não permitiu atingir a meta prevista.

7. Índice de consolidação de assentamentos.

Não houve projeto de assentamento consolidado no exercício de 2013, portanto o não é possível calcular este indicador.

3.3.7 Passivos de Infraestrutura nos Projetos de Assentamentos sob a Jurisdição da SR(24)

A SR(24) registra como maior passivo de infraestrutura o de abastecimento de água, com demanda para atendimento em 2013 de 10.440 famílias, seguido da energia elétrica, reforma habitacional, implantação e/ou recuperação de estradas vicinais e da construção de habitações, conforme demonstrado a seguir.

Quadro 12: Passivo de Infraestrutura Básica nos Projetos de Assentamento do Piauí, situação até 2013

Demanda de Infraestrutura básica	Nº de PAs	Nº Famílias
Abastecimento água	137	10.440
Estradas vicinais	45	2.547
Energia elétrica	71	3.999
Construção habitação	85	2.155
Reforma habitação	87	3.892

Fonte: Divisão de Desenvolvimento da SR(24)

O déficit de abastecimento de água está relacionado, em sua maioria, com a correção do sistema de abastecimento existente que não consegue atender a demanda das famílias que residem nos assentamentos, principalmente após a seca que o Estado enfrentou em 2013. A estratégia adotada pelo INCRA para amenizar essa situação foi direcionar esta ação para o programa Água para Todos que tinha previsão de início em 2013 através do Governo do Estado, o que não ocorreu.

Apesar de haver um avanço considerável no fornecimento de energia elétrica através do Programa Luz para Todos no Estado do Piauí, ainda registra-se uma demanda considerável nos projetos de assentamento, que foi encaminhada para a ELETROBRAS, conforme demonstrado no quadro de passivo de infraestrutura mencionado anteriormente.

No que se refere a infraestrutura de implantação e/ou recuperação de estradas vicinais, esta passou por mudança de estratégia de execução em 2013, tendo sido priorizado o estabelecimento de parcerias junto aos municípios contemplados com máquinas do PAC-II pelo Governo Federal.

Quanto à habitação, registra-se demanda na SR(24) para construção de 2.155 habitações e de 3.892 reformas. Como a execução desta ação foi redirecionada para o Programa Minha Casa Minha Vida, até o final do exercício de 2013, a SR(24) apresentou aos agentes financeiros - Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, 12 projetos de construção de habitação, beneficiando 391 famílias, porém os mesmos não foram contratados no referido exercício.

3.3.8 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento

Considerando que em 2013 não houve consolidação de projetos de assentamentos rurais, espera-se que as diretrizes estratégicas definidas pelo INCRA em 2014 contemple essa ação, pois a sua execução depende de alguns pré-requisitos a serem atendidos pelos Projetos, principalmente no tocante a estruturação física e produtiva dos assentamentos.

3.3.9 Principais atividades de controle do Gestor

Como sistemática de controle das ações da Divisão de Desenvolvimento, faz-se utilização de planilhas eletrônicas onde são relacionados às ações previstas e executadas durante o ano. No caso do crédito instalação utiliza-se a ferramenta eletrônica denominada de SISCREC – Sistema de Controle do Crédito Instalação/NTI-SR(27), que proporciona o controle do fluxo de demanda e aplicação do crédito instalação.

4 PRESTAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS AO PÚBLICO

4.1 DEMONSTRAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO EXTERNO

A política do Governo Federal voltada para o atendimento ao público usuário dos serviços prestados pelo setor público é bastante avançada, incluindo leis de acesso à informação, desburocratização e transparência das ações.

O INCRA como Autarquia Federal deve seguir tal política e, desta forma, orienta as suas Superintendências Regionais a cumpri-las.

No caso da SR(24) o controle do atendimento ao público é feito através de dois sistemas:

- SGA - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO ATENDIMENTO que controla as entradas de pedidos de serviços requeridos pelo público na sala da cidadania, onde no ano de 2013 foram contabilizados 3.325 atendimentos e;
- SISPROT - SISTEMA DE PROTOCOLO, que controla as entradas de documentos realizadas junto ao setor de protocolo da SR(24), tendo registrado em 2013 a entrada de 3.555 documentos dos mais variados tipos.

4.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DE CONTROLE DO GESTOR

Dentre as atividades de controles exercidas na gestão administrativa da Regional estão o acompanhamento realizado junto ao Sistema de controle de almoxarifado que juntamente com outros sistemas já implantados, permite uma maior transparência e controle da gestão do estoque. O referido sistema permite que se realize em tempo real todo o inventário de almoxarifado, além de possibilitar o consumo por cada Divisão e Serviços da Superintendência.

Destaca-se ainda o acompanhamento dos contratos administrativos realizado no sistema de controle de contratos administrativos que permite acompanhar o comportamento das obrigações contratuais e alertas de prazos de vigências contratuais. Da mesma forma, no exercício de 2013 foi contratada uma empresa para o gerenciamento de abastecimento permitindo a Superintendência acompanhar os custos com abastecimentos realizados por cada viatura.

5 GESTÃO DE PESSOAS

5.1 DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES

Demonstração da distribuição de servidores entre as coordenações e postos avançados da Superintendência.

Quadro 13: Número de servidores entre as coordenações e postos avançados da Superintendência.

Coordenações	Servidores de carreira vinculada ao órgão	Servidores de carreira em exercício descentralizado	Servidores sem Vínculo com o Órgão	Total
Superintendência Regional do Piauí	13	4	4	21
Divisão de Administração	25 (¹)	0	0	25
Divisão Ordenamento Fundiário	29	0	0	29
Divisão de Obtenção de Terras	19	0	0	19
Divisão de Desenvolvimento	34 (²)	0	1	35
Totais	120	4	5	129

Fonte: Divisão de Administração da SR(24)

Observação: Em (¹) - Uma servidora pediu vacância para assumir cargo em outro Órgão. Em (²) - Uma servidora foi removida para outra Superintendência. Não contamos as aposentadorias do ano de 2013, pois as mesmas não influenciaram no quantitativo da força de trabalho já que foram executadas no final do mês de dezembro de 2013.

5.2 CLIMA ORGANIZACIONAL E O AMBIENTE DE TRABALHO NO ÂMBITO DA SR

É sabido que o clima organizacional interfere na produtividade e na motivação dos servidores. No entanto, é um item difícil de ser mensurado, visto que na sua composição agrega também elementos intangíveis, sendo o resultado da interação das chefias com os servidores e os insumos que a instituição dispõe para produzir.

Para tanto, a gestão da SR(24) adota algumas medidas que influenciam no clima organizacional da instituição, tais como:

- a) Realizações de reuniões periódicas para discussão, levantamento de dificuldades e propostas de melhoria entre os setores de trabalho, com destaque:
 - Disponibilização de treinamentos e aperfeiçoamentos constante proporcionado por oficinas e cursos de capacitação;
 - Oportunidade de contato direto entre servidor e chefia tornando a hierarquia mais agradável;
 - Proposição e acompanhamento das ações institucionais para a melhoria da satisfação do servidor;

- Valorização dos talentos humanos, dos trabalhos individuais e coletivos dos servidores;
- Readequação do espaço físico e o mobiliário, obedecendo às regras da ergonomia da saúde laboral;
- Motivação dos servidores com forte senso de identidade, de modo que atuem alinhados na visão da instituição e focados na missão do INCRA.

Embora o INCRA revele um clima geral característico (no presente caso, dominando o motivo de realização), observam-se diferenças na percepção desse clima, em unidades de serviço e níveis hierárquicos. Essas diferenças parecem ser atribuíveis à natureza das tarefas desempenhadas. Funções e trabalhos mais ambíguos baixam a percepção do clima organizacional. Vale destacar, no entanto, que as necessidades afiliativas também estão presentes, pois as diferenças entre apoio percebido e apoio desejado são grandes, observando-se o mesmo com relação a recompensas e reconhecimento almejados.

5.3 AÇÕES DE DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO E APRENDIZAGEM

As metas da gestão do conhecimento estão vinculadas às estratégias do INCRA. Uma forma bastante aplicada nesta Regional é o conhecimento através de reuniões diárias ou semanais, onde os problemas e soluções adotadas devem ser expostos para todos os chefes das divisões. Outra forma utilizada para compartilhamento de conhecimento é a realização de capacitações e oficinas dentro da própria Superintendência, onde servidores capacitados são convocados para repassar seus conhecimentos aos demais. A Tecnologia da Informação – TI é uma área muito importante nesse processo, pois facilita o trabalho em rede, mantém os conhecimentos descentralizados junto aos locais em que são gerados e/ou utilizados, melhorando o grau de interatividade do servidor com os registros do conhecimento.

É difícil mensurar os resultados obtidos com essas estratégias de compartilhamento de conhecimento, mas pode-se afirmar a existência de problemas que o INCRA precisa enfrentar. A aprendizagem organizacional esbarra na falta de acompanhamento da evolução tecnológica, que ainda seguem princípios básicos da Administração. Numa época onde predomina o trabalho com jornadas flexíveis, trabalho a distância, ou de retenção de talentos, o sistema que rege o INCRA, não está na mesma sintonia da era do conhecimento. Outra dificuldade encontrada está na inexistência de uma política de incentivo aos estudos e de valorização do funcionário, ou seja,

falta uma regulamentação que valorize (conceda vantagens) aos servidores capacitados e atualizados. Outro fator determinante é a ostentação do servidor dentro da instituição, existe pouco interesse dos funcionários capacitados em repassar seus conhecimentos para os demais.

5.4 RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE

5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 14: Composição do quadro de servidores ativos.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	123	123	9	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	123	123	9	20
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	118	118	9	19
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	4	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	1
2. Servidores CLT (Anistiados)	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	4	4	1	1
4. Total de Servidores (1+2+3)	127	127	10	21

Fonte: SIAPE (GRCOSITCAR e Extrator de Dados)

5.4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro 15: Composição do quadro de servidores inativos.

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	63	15
1.1 Voluntária	54	14
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	8	1
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	25	0
2.1 Voluntária	24	0
2.2 Compulsória	1	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	88	15

Fonte: SIAPE e EXTRATOR DE DADOS

Observação: 11 aposentadorias ocorridas em dezembro/13 registradas após o fechamento da folha de pagamento

Quanto ao cadastramento de atos junto ao TCU via SISAC, já foram tomadas as medidas necessárias para o cadastramento de todos os atos no sistema SISAC listados no quadro acima. Dentre as medidas adotadas estão: 1) a vinda de uma servidora da SR de Palmas - TO, com experiência em lançamentos no SISAC, para auxílio na análise e cadastramentos dos atos; 2) limitação do atendimento externo do setor de RH para que o setor se mobilizasse apenas em executar esses lançamentos pendentes.

Quadro 16: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.

Regime de proventos do Servidor instituidor	Quantidade	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	45	2
1.1 Integral	28	1
1.2 Proporcional	17	1
2. Em Atividade	7	1
3. Total (1+2)	52	3

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

5.4.3 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

Quadro 17: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	
Nível superior	8	10	8	7	R\$ 55.572,52
· Área Fim	5	5	4	4	R\$ 30.172,89
· Área Meio	3	5	4	3	R\$ 25.399,63
Nível Médio	0	1	1	1	R\$ 3.948,95
· Área Fim	0	0	0	0	R\$ 0,00
· Área Meio	0	1	1	1	R\$ 3.948,95
TOTAL	8	11	9	8	R\$ 59.521,47

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

5.4.4 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Quadro 18: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão	9.862.093,63		643.242,65		675.397,40	420.646,65		37.939,04	33.347,18	11.672.666,55
Servidores com Contratos Temporários										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior	354.354,78	338.087,87	72.209,99		44.715,21	16.320,10	19.948,68	3.069,73		848.706,36
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas	103.935,69	3.824,48	8.959,48		9.570,28	2.384,78		2.930,20		131.644,91

Fonte: SIAPE

5.4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 19: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Unidade Contratante													
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PIAUÍ													
UG/Gestão: 373044/37201							CNPJ: 00.375.975/0020-23						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	02	O	CRT/PI/13000/09	FUTURA – SERVIÇOS PROF. ADM. LTDA CNPJ: 06.234.467/0001-82	03/04/09	02/06/13			2	2			P
2010	4,5,6	O	CRT/PI/24.000/10	BETÂNIA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 05.695.725/0001-65	01/10/10	30/09/14	1	1	15	15			P
2011	3	O	CRT/PI/10.000/11	BETÂNIA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 05.695.725/0001-65	22/01/11	21/01/15			14	14			P
2011	3	O	CRT/PI/70.000/11	BETÂNIA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 05.695.725/0001-65	01/06/11	30/06/14			2	2	1	1	P
2010	12	O	CRT/PI/19.000/10	ABSOLUTA LTDA CNPJ: 10.280.620/0001-20	01/07/10	30/06/14	12	12					P
2011	12	O	CRT/PI/50.000/11	HAVAI VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA CNPJ: 08.578.865/0001-41	15/04/11	14/04/11			12	12			P
2013	02	O	CRT/PI/15.000/13	BETÂNIA SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ: 05.695.725/0001-65	06/06/13	06/06/14			5	4			A
Observações:													
LEGENDA						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.							
Área:						Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio							
1. Segurança; 2 Transportes; 3. Informática;						; (S) Ensino Superior.							
4. Copeiragem 5. Recepção 6 Reprografia;						Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.							
7. Telecomunicações 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis						Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							
10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12 Outras													

Fonte: Divisão de Administração da SR(24)

5.4.6 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridas no exercício.

Quadro 20: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

Tipos de Atos	Número de eventos ocorridos no exercício
Admissão	9
Desligamento	1
Concessão de aposentadoria	15
Concessão de pensão	3
Total	28

Fonte: SIAPE

5.4.7 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazo e as estratégias de recomposição do pessoal

Prospecção de Aposentadoria – Prazos	Número de eventos possíveis de ocorrer
Curto (Ano de 2014)	19
Médio (Ano de 2015 e 2016)	3

Fonte: SIAPE

O presente levantamento indica que em torno de 20% do quadro de servidores adquirirá idade para aposentadoria nos próximos 3 (três) anos. Em alguns dos setores da SR(24), a deficiência de quadros é ainda mais dramática. Perante este cenário, há a uma enorme necessidade de recomposição de quadros do INCRA, de modo a garantir que o conhecimento acumulado na instituição possa ser repassado a uma nova geração de profissionais, sob ameaça de que em poucos anos o INCRA não possua capacidade operacional para execução de ações em diversas de áreas.

Ressalta-se, ainda, outros dados preocupantes que são: o pequeno número de ingressos de servidores através de concursos (apenas 4 em 2013) e o fator “produtividade” que, logicamente, é inversamente proporcional à idade. Ou seja, quanto mais velho o servidor, menor é sua produtividade no trabalho. Isto, tem como consequência o desequilíbrio no desenvolver das atividades.

Nesta questão, cabe a Superintendência Regional do INCRA no Estado do Piauí, apenas, justificar, requerer e cobrar ao INCRA Sede em Brasília a realização de concursos públicos e a realização de remoções de servidores de outros estados que tem intuito de trabalhar nesta Superintendência.

5.4.7.1. Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

Quadro 21: Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários (5.504) no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	18,11%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	31,13

Fonte: Divisão de Administração da SR(24)

Observação: O quadro acima foi calculado em cima dos quantitativos de servidores do período de 2013, sem considerar os egressos, pois os mesmos foram realizados nos últimos meses do ano de 2013.

5.5 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES

A Superintendência Regional do INCRA no Estado do Piauí possui 123 (cento e vinte e três) servidores ocupantes de cargo efetivo, desses, 23 (vinte e três) estão em exercício efetivo na área meio e 100 (cem) na área fim. Sob a jurisdição da Superintendência do INCRA no Piauí, conforme relatório extraído do SIPRA de dezembro de 2013 encontram-se 31.152 (trinta e um mil, cento e cinquenta e dois) trabalhadores rurais em 493 (quatrocentos e noventa e três) projetos de assentamento criados, o que dá uma média de aproximadamente 311 assentados por servidor da área fim do órgão. O INCRA/PI não possui Unidades Avançadas. Dessa forma, isto demonstra que a quantidade de servidores dessa Superintendência Regional é reduzida frente à demanda de trabalho e metas a serem atingidas. Essa situação tende a piorar a cada ano que passa, considerando a quantidade de servidores que se aposentam e o crescimento anual do número de assentados no Piauí. Ilustrando essa situação, observa-se que no exercício de 2013 a SR(24) teve 20 (vinte) servidores egressos contra 09 (nove) servidores que ingressaram no órgão. A médio prazo (2014/2016) 22 (vinte e dois) servidores preenchem os requisitos para aposentadoria e nenhum concurso para preenchimento das vagas vacantes está aberto/vigente. Portanto, a força de trabalho do INCRA/PI diminui a cada ano, ao passo que o número de assentados/assentamentos cresce, bem como as metas de trabalho.

6 PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

6.1 INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES

No exercício de 2013, esta Superintendência Regional celebrou 03(três) Convênios e 07 (sete) Termos de Compromisso. Dentre “esses instrumentos de transferências celebrados, nenhum deles se encontra com status “a aprovar” e “a comprovar”, pois não foram feitos até o momento repasses financeiros aos convenientes e compromitentes.

Em relação aos convênios celebrados em anos anteriores, esta Superintendência possui 08 convênios vencidos com status “a aprovar”. Dois deles, SIAFI N° 454610 E SIAFI N° 488935, estão sendo analisados em virtude de documentação acostada pelo conveniente ao processo no final do exercício de 2013 e início do exercício de 2014. Existe um convênio, SIAFI N° 325443, que se encontra em processo de Tomada de Contas Especial. Os cinco restantes, SIAFI N° 487572, SIAFI N° 502839, SIAFI N° 516778, SIAFI N° 517542 e SIAFI N° 502759, estão pendentes de relatórios técnicos conclusivos. No exercício de 2013, esta Regional firmou com o Tribunal de Contas da União um plano de ação referente aos convênios vencidos; no entanto, em virtude dos técnicos designados como asseguradores dos Convênios até o momento não terem elaborados seus relatórios técnicos conclusivos, não foi possível cumprir os prazos constantes nesse plano.

Quadro 22: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PIAUI									
CNPJ: 00.375.972/0020-23					UG/GESTÃO: 373044/37201				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício			
							Início	Fim	
1	791554/2013	Município de Buriti dos Lopes	R\$ 457.157,80	R\$ 18.286,31	0,00	0,00	30/12/13	30/06/13	1
1	792869/2013	Movimento de Educação de Base	R\$ 1.727.577,00	R\$ 24.000,00	0,00	0,00	31/12/13	30/12/15	1
1	796868/2013	Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio	R\$ 1.700.000,00	R\$ 35.000,00	0,00	0,00	27/12/13	26/08/14	1
4	Nº 06/2013	Município de Geminiano	R\$ 300.000,00	R\$ 6.000,00	0,00	0,00	27/12/13	25/06/14	1
4	Nº 07/2013	Município de Pedro II	R\$ 387.040,60	R\$ 19.352,03	0,00	0,00	27/12/13	25/06/14	1
4	Nº 02/2013	Município de Novo Santo Antônio	R\$ 575.840,55	R\$ 12.340,55	0,00	0,00	27/12/13	22/12/14	1
4	Nº 01/2013	Município de São João do Piauí	R\$ 611.058,66	R\$ 12.221,17	0,00	0,00	27/12/13	25/06/14	1
4	Nº 03/2013	CITICOCAIS	R\$ 698.630,45	R\$ 24.303,82	0,00	0,00	27/12/13	25/06/14	1
4	Nº 04/2013	Município de Batalha	R\$ 338.639,44	R\$ 16.868,98	0,00	0,00	27/12/13	22/12/14	1
4	Nº 05/2013	Município de Porto	R\$ 295.213,75	R\$ 8.055,44	0,00	0,00	27/12/13	25/06/14	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				

Fonte: SIAFI/SICONV

Quadro 23: Informações sobre Transferências Realizadas.

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PIAUI			
CNPJ: 00.375.972/0020-23		UG/GESTÃO: 373044/37201	
Situação	Status	Quantidade	Valores Globais (R\$)
Instrumentos vigentes	A aprovar	0	0
	A comprovar	0	0
	Total	0	0
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar	8	R\$ 6.283.381,02
	A comprovar	0	0
	Total	8	R\$ 6.283.381,02

Fonte: SIAFI/SICONV

6.2 DEMONSTRAÇÃO DA SITUAÇÃO DO REGISTRO DOS IMÓVEIS DESAPROPRIADOS NO ÂMBITO DA SR(24)

Sobre este item, informa-se que o trabalho de individualizar os registros em contas específicas parte de uma orientação da sede desta Autarquia e que a mesma vem promovendo tratativas incluindo a Secretaria do Tesouro Nacional que resultou na criação/alteração de contas e eventos contábeis. Desse estudo, resultou-se na criação de contas contábeis para o registro no ativo imobilizado desta Autarquia de imóveis adquiridos para fins de reforma agrária. A partir do exercício de 2011, passando-se a registrar a conta 1.4.2.1.1.22.64 – Imóveis a Registrar destinados à Reforma Agrária.

Ressalte-se que atualmente os imóveis desapropriados por esta Superintendência, todos estão em nome desta Autarquia, não ocorrendo, portanto, a situação de transferências a assentados.

No tocante o registro das inversões financeiras em contas apropriadas, entende-se, a priori, que "as inversões financeiras" (créditos) as mesmas não devem se vincular a um determinado imóvel, haja vista, que a valoração para posterior alienação do imóvel (titulação das famílias) não considera tais concessões e que as mesmas estão sendo tratadas e individualizadas para os procedimentos de remissão, liquidação e individualização previstos na MP 636 de 2013. Da mesma maneira, os investimentos em infraestrutura, que muitas vezes não se destinam somente a um determinado imóvel ou posterior parcela e são, conforme art. 18 da lei 8.629 de 1993 §6º "considerados não reembolsáveis os valores relativos às obras de infraestrutura de interesse

coletivo, aos custos despendidos com o plano de desenvolvimento do assentamento e aos serviços de medição e demarcação topográficos."

Por seu turno, sobre o cronograma de implementação dos registros dos imóveis, avalia-se a necessidade de escalonar-se nossas atividades por forma de obtenção dos imóveis, visto que os mesmos, pela sua natureza, podem estar com a situação dominial totalmente resolvida ou não. Desta forma iniciaremos os registros dos imóveis, conforme cronograma, que foram incorporados ao Patrimônio da Autarquia pela ação de "compra e venda" baseada no Decreto 433, de 1992, visto que nestes casos a transação dominial (matrícula e registro em nome do Incra) é pressuposto para finalização da negociação. Posteriormente, atuaremos nos imóveis obtidos por meio de desapropriação por interesse social, amparados pelo escopo legal da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Por fim, incluiremos os imóveis incorporados por meio de arrecadação de terras públicas, doações, etc.

6.3 DEMONSTRAÇÃO DA GESTÃO DOS CRÉDITOS A RECEBER

A conta e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, a Presidente da Autarquia, determinou o desenvolvimento do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação.

Em agosto de 2013, foi concluso o **Módulo Cadastro do SNCCI**, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devido e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no SIAFI.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao Módulo Cobrança, o qual será o responsável por emitir todas as guias de recolhimentos, além de evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Para dar início ao desenvolvimento do Módulo Cobrança, foram realizadas inúmeras reuniões com o Banco do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional, visando dirimir questões quanto aos valores mínimos por GRU emitida, recebimento do arquivo retorno dos pagamentos efetuados pelos assentados, dentre outros assuntos inerentes à cobrança.

Superadas todas as dificuldades o Módulo Cobrança, os trabalhos foram divididos em 3 partes (iterações 1, 2 e 3), visando facilitar o desenvolvimento do aplicativo. As Iterações 1 e 2 dizem respeito à geração da GRU e do processo de cobrança em si. A Iteração 3, focou os relatórios gerenciais, **bem como o cálculo da provisão para devedores duvidosos.**

A previsão inicial para conclusão de todas as iterações (1, 2 e 3) era de 31 de março de 2014. Contudo, em 26 de dezembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão.

Segundo os artigos 1º a 6º da referida MP fica estabelecido critérios e condições para remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013. Diante deste fato, faz-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos, tendo em vista que dos valores inscritos no SIAFI "inversão financeira" com valor aproximado de R\$ 7,2 bilhões. Em estudos já realizados pela Diretoria de Desenvolvimento e, diante das regras definidas no marco regulatório, estima-se que cerca de 30% serão remitidos, por estarem incluídos na previsão do Art. 3º, ou seja, valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

Ressalte-se, inclusive, que desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes em tela citadas.

Após o estudo acurado da Medida Provisória, novo cronograma de conclusão do Módulo Cobrança foi realizado, bem como foi apresentado ao TCU um plano de ação, considerando as necessidades de ajustes a serem realizados, conforme segue:

Ação a ser Implementada	Prazo para Implementação	Responsável pela Implementação
Realização de Projeto-Piloto (SR-18/PB) para elaboração de metodologia de remissão e renegociação dos créditos em atendimento à Medida Provisória, bem como a elaboração de Roteiro Contábil a ser replicado nacionalmente.	31/mar/2014	DA/DD
Publicação de listagem de Famílias Assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária que não receberam créditos. Público Estimado: 23.000 famílias	20/abr/2014	DD
Liquidação de Dívidas de Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária acima de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 9.888 famílias	31/mar/2016	DD
Renegociação de Dívidas decorrentes do Crédito Instalação – Habitação. Rebate de 96% e renegociação. Público Estimado: 60% das famílias	31/dez/2017	DD
Remissão de Famílias que receberam Crédito Instalação (estornados os Créditos Habitação) abaixo de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 99% das famílias	31/mar/2016	DD
Revisão e finalização das regras de negócio das Iterações 01 (cadastro de modalidades e operações) e 02 (emissão de GRU) em virtude da edição da MP 636/2013.	30/jun/2014	DA
Revisão e finalização das regras de negócio da Iteração 03 (relatórios gerenciais, remissão ou renegociação de dívidas e provisão para devedores duvidosos)	31/dez/2014	DA/DD

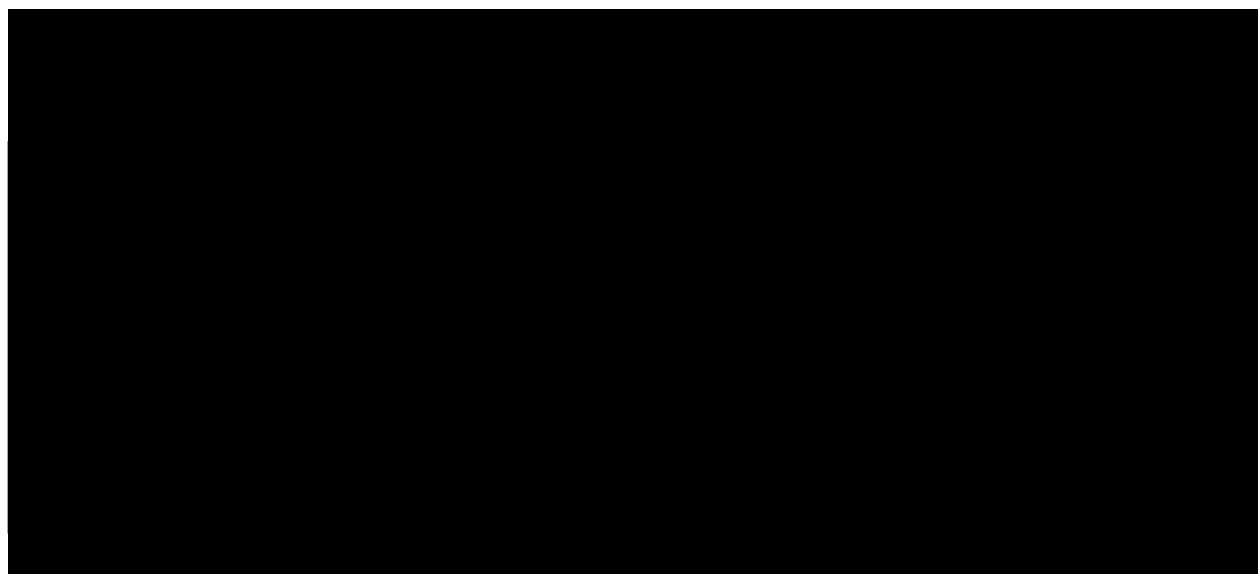
Fonte: INCRA Sede.

Por fim é importante frisar que após a realização do projeto piloto na SR-18 (Paraíba), serão realizadas atividades em mais 12 polos no Brasil, com a participação dos técnicos das SRs que não serão visitadas para aprenderem na prática os procedimentos para as remissões, baixas contábeis na conta **1.2.2.4.9.10.00**, manuseio do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI e demais procedimentos. A intenção destes polos é dar a iniciativa dos trabalhos com a metodologia: "aprenda a fazer fazendo".

A conta **1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceiros**, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Atualmente o processo de arrecadação de tais créditos é feito em cada Superintendência Regional, a qual após realizar o cálculo do valor devido, emite GRU – Guia de Recolhimento da União e repassa ao assentado para pagamento.

Os montantes arrecadados diretamente em 2013 foram os seguintes:



Fonte: SIAFI

Inobstante à arrecadação superavitária e como forma de alavancar ainda mais a arrecadação própria, bem assim melhorar o atendimento aos assentados, a Presidência desta Autarquia determinou a criação de um aplicativo denominado – Módulo Cobrança do Título – integrado ao Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI, cujo cronograma desenvolvimento é o seguinte:

Ação a ser implementada	Prazo para implementação	Responsável pela implementação
Estudo, compilação e atualização das normas atinentes à cobrança do título	31/12/2014	DA/PFE/PRESID
Elaboração de requisitos para construção do Módulo Cobrança do Título	30/06/2015	DA/PRESI
Confecção do Módulo Cobrança do Título	31/12/2015	DA/DE/PRESI

Fonte: INCRA Sede

Ressalte-se que este aplicativo permitirá um maior controle e agilidade na emissão da GRU, contribuindo sobremaneira para o aumento da arrecadação, além de facilitar o acesso pelo assentado das guias para pagamento e declaração de quitação de débitos.

6.4 PRINCIPAIS ATIVIDADES DE CONTROLE INSTITUÍDAS PELA ÁREA CONTÁBIL E FINANCEIRA DA SR(24)

Várias atividades de controle são realizadas pela área contábil e financeira desta Superintendência Regional assegurando a fidedignidade do registro contábil dos atos e fatos de sua gestão, dentre elas podemos citar:

- Análise de documentos constantes nos processos de pagamentos;
- Controle de Pagamentos através de planilhas, com auxílio do SIAFI;
- Acompanhamento da vigência dos contratos por intermédio de planilhas;
- Controle e acompanhamento através de planilhas e do SIAFI das propostas de Suprimento de Fundos e sua devida aplicação.

Tais ações são de grande importância para que haja um controle maior das atividades realizadas por esta Regional, gerando informações precisas e confiáveis aos usuários destas, permitindo subsidiar a correta tomada de decisão.

7.2 CONTROLES INSTITUÍDOS PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O sistema de controle estabelecido pelo INCRA para avaliar o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para a instituição é o SIR – Sistema de Informações Rurais, ambiente em que se faz o acompanhamento das execuções físicas e orçamentárias estabelecidas para o exercício em tela e, a partir daí, permite a avaliação de desempenho, considerando os indicadores de resultados previamente definidos.

7.3 CONTROLES INSTITUÍDOS PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO PIAUÍ PARA ASSEGURAR A FIDEDIGNIDADE DAS INFORMAÇÕES

O INCRA possui uma política de gestão da informação da Autarquia. Desta forma, as Superintendências Regionais estão subordinadas as orientações técnicas no tocante a essa temática, para o cumprimento da política de segurança e controle da TI.

7.4 PRINCIPAIS CONTROLES INSTITUÍDOS PELA SR(24) PARA ASSEGURAR A BOA E REGULAR GESTÃO DOS CRÉDITOS A RECEBER DE PARCELEIROS E DOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS.

Este assunto já foi descrito no item 6.3 deste Relatório de Gestão.

7.5 INFORMAÇÕES SOBRE AS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

No exercício de 2013 não foram instauradas processos de TCE, entretanto foram dadas seguimentos aos processos abertos em períodos anteriores com a conclusão e envio de 01 processo ao TCU, sete processos foram arquivados devido ao valor do dano ficar abaixo do valor de alçada, os demais processos, conforme quadro 23, resta o cumprimento de alguns requisitos para que tenha seguimento os devidos processos de TCE instaurados.

Quadro 25: Mapa de Controle das Tomadas de Contas Especial na SR(24)

MAPA DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO – TOMADA DE CONTAS ESPECIAL SR(24)-PI EXERCÍCIO DE 2013							
Nº	N.º DO PROCESSO DE TCE	DATA DE INSTAURAÇÃO DA TCE	NÚMERO DO DOCUMENTO DE INSTAURAÇÃO	N.º PROCESSO QUE ORIGINOU A TCE	VALOR POTENCIAL DO DANO	AGENTE RESPONSÁVEL	ORIGEM DO DÉBITO E CAUSA DETERMINANTE
1	54380.003010/2006-01	17/08/2006	MEMO/INCRA/SR(24)CPTCE/Nº027/06	54380.002202/97-94 /CRT/PI/7.000/1997/SIAFI/327786	R\$ 10.400,00	Prefeitura Municipal de Campo Maior	Convênio com a Prefeitura Municipal de Campo Maior/PI. Indício de superfaturamento do preço das obras objeto do convênio, constatado em Relatório de Auditoria da CGU elaborado após a aprovação da prestação de contas do convênio.
2	54380.003018/2006-69	17/08/2006	MEMO/INCRA/SR(24)CPTCE/Nº020/06	54380.002203/97-57/CRT/PI/8.006/1997/SIAFI/327787	Indefinido	Prefeitura Municipal de Campo Maior	Convênio com a Prefeitura Municipal de Campo Maior/PI. Indício de superfaturamento do preço das obras objeto do convênio, constatado em Relatório de Auditoria da CGU elaborado após a aprovação da prestação de contas do convênio.
3	54380.003024/2006-16	17/08/2006	MEMO/INCRA/SR(24)CPTCE/Nº018/06	54380.000616/2004-14 (PAD); 54380.001667/2002-00(CRT/PI/10610/2002/SIAFI/454132); 54380.002448/00-51(CRT/PI/35000/2000); 54380.002297/00-78(CRT/PI/36000/SIAFI/404378); 54380.003111/2001-69/CRT/PI/10900/2001/SIAFI/418786)	R\$ 248.952,30	COOTAPI & Associados	Convênios. Indícios de irregularidades apontadas pela Comissão Técnica de Análise de PDA, tendo em vista Processo Administrativo instaurado, que podem ter causado dano ao erário, não obstante a aprovação da prestação de contas do convênio.
4	54380.003012/2006-91	17/08/2006	MEMO/INCRA/SR(24)CPTCE/Nº013/06	54380.000767/2001-20 (III Volumes)/CRT/PI/20300/2001/SIAFI/426310	R\$ 317.728,75	Fundação de Desenvolvimento e Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão do Piauí	Convênio. Não comprovação da prestação de contas do convênio 20.300. Superfaturamento dos valores cobrados. Ausência de documentação. Desvio de valores. Não realização de procedimento licitatório na aplicação do recurso público.
5	54380.000462/2009-75			54380.001681/2003-86/CRT/PI/19000/2003/SIAFI/485144	R\$ 11.990,00	Fundação de Desenvolvimento e Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão do Piauí - FUNDAPI	Convênio. Irregularidade na prestação de contas do convênio não sanadas pela conveniente não obstante a solicitação da concedente.
6	54380.003023/2006-71	17/08/06	MEMO/INCRA/SR(24)CPTCE/Nº016/06	54380.0007661/2001-85 (III Volumes)/CRT/PI/20.400/01/SIAFI/426362	R\$ 154.942,22	Fundação de Desenvolvimento e Apoio à Pesquisa, Ensino e Extensão do Piauí - FUNDAPI	Convênio. Não comprovação da prestação de contas do referido convênio. Superfaturamento dos valores cobrados. Ausência de documentação. Desvio de valores. Não realização de procedimento licitatório na aplicação do recurso público.
7	54380.000817/2011-41	04/03/11	DESPACHO Nº 70/2011/INCRA/SR(24)/PI/G	54380.002654/2004-10 /CRT/PI/37.000/2004/SIAFI517938	R\$ 1.309.777,35	Centro Piauiense de Ação Cultural. CEPAC	Convênio. Impugnação de despesas
8	54380.000766/2011-57	14/02/11	MEMO Nº 28/2011/INCRA/SR(24)PI	54380.001664/2003-49 /CRT/PI/17.000/2004/SIAFI485142	R\$ 22.400,40	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentados da Reforma Agrária Ltda. - COOPTECARA	Convênio. Impugnação de despesas
9	54380.000765/2011-11	15/02/11	MEMO Nº 30/2011/INCRA/SR(24)PI	54380.001665/2003-93 /CRT/PI/18.000/2003/SIAFI485143	R\$305.074,00	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos dos Assentados da Reforma Agrária Ltda. - COOPTECARA	Convênio. Impugnação de despesas
10	54380.000771/2011-60	04/03/11	DESPACHO Nº 68/2011/INCRA/SR(24)/PI/G	54380.001666/2003-38 /CRT/PI/20.000/2003/SIAFI485140	R\$59.840,00	Centro de Educação Popular Esperantinense	Convênio. Impugnação de despesas
11	54380.002751/2006-70			54380.002616/2002-97 CRT/PI/10.826/2002 /SIAFI/429656	R\$ 55.000,00	Agência nacional de Comercialização Vale Longá - ARCOVALE	Convênio. Prejuízos havidos por irregularidades na gestão do convênio constatado em relatório de auditoria da CGU

8 CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

8.1 DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DO TCU NO EXERCÍCIO DE 2013.

Não há registro de determinações do TCU no exercício de 2013

8.2. DEMONSTRAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (CGU) NO RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Piauí			4146
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Nº 201305877	2.2.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Piauí			
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se proceder ao registro de todos os processos administrativos disciplinares e de sindicâncias existentes na Unidade instaurados no ano de 2006 até o final do exercício de 2012.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete da SR(24)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Providência que vem sendo adotado pelo setor competente.			

Unidade Jurisdicionada																								
Denominação Completa				Código SIORG																				
Superintendência Regional do Incra no Piauí				4146																				
Recomendações do OCI																								
Recomendações Expedidas pelo OCI																								
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida																					
	Nº 201305877	2.2.1.3																						
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação				Código SIORG																				
Superintendência Regional do Incra no Piauí																								
Descrição da Recomendação																								
Recomenda-se corrigir a fundamentação legal dos servidores de matrículas nº 07225884 e 0725871, aposentados nos cargos de artífice e assistente de administração; Publicar orientação aos servidores da área para que todos os valores pagos a título de aposentadoria/pensão tenham seus calculados automaticamente pelo sistema SIAPE, em atendimento ao disposto Portaria MARE nº 978/96; Promover a devolução os valores do adiantamento de férias recebidos a maior pelos servidores matrículas nº 1551142 e 158641; Designar servidor efetivo para o setor de pessoal a fim de evitar possível descontinuidade no serviço; Promover o encaminhamento de todos os processos de aposentadoria e pensão ao órgão de controle interno para análise e Providenciar a atualização do valor do imóvel no SPIUnet e no SIAFI, considerando as benfeitorias realizadas no mesmo.																								
Providências Adotadas																								
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG																				
Divisão de Administração da SR(24)																								
Justificativa para o seu não Cumprimento																								
Recomendações atendidas parcialmente. Quanto à recomendação de correção da fundamentação legal da aposentadoria dos servidores de matrícula 0725871 e 0725884, informamos que a referida correção já foi realizada. Quanto à recomendação de publicação de orientação aos servidores da área para que todos os valores pagos a título de aposentadoria/pensão tenham seus cálculos automaticamente pelo sistema SIAPE, informamos que essa orientação foi editada em 26 de fevereiro de 2014, nos termos da Portaria MARE 987/96 com ciência aos servidores lotados no Serviço de Desenvolvimento Humano dessa Superintendência Regional. Já em relação a recomendação de devolução dos valores do adiantamento de férias, informamos que em análise das fichas financeiras dos servidores destacados pelos auditores da CGU, verificou-se erros na devolução da antecipação de férias dos servidores de matrícula 0727085, 1551142 e 1586419. Foi constatado também ausência dos processos para reposição ao erário informado pela antiga gestora do setor de Recursos Humanos, a qual foi responsável pela manifestação da Unidade Examinada – INCRA. Os devidos processos administrativos foram abertos pelo Serviço de Desenvolvimento Humano na data de 27/02/2014 obedecendo a Orientação Normativa nº 5 de 21/02/2013 do MPOG. Estes procedimentos estão em fase de criação de Nota Técnica e Notificação do Servidor. Segue a tabela com os referidos processos e valores para reposição: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Servidor</th> <th>Referência</th> <th>Processo</th> <th>Siape</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Maria Neuman Carvalho Madeira</td> <td>Set/2009</td> <td>54380.000172/2014-99</td> <td>1586419</td> <td>R\$ 705,24</td> </tr> <tr> <td>Francisco das Chagas Miranda de Brito</td> <td>Out/2007</td> <td>54380.000171/2014-44</td> <td>1551142</td> <td>R\$ 2.224,76</td> </tr> <tr> <td>José Herbert da Costa Silva</td> <td>Dez/2012</td> <td>54380.000170/2014-08</td> <td>0727085</td> <td>R\$ 1.885,55</td> </tr> </tbody> </table> Ainda quanto a recomendação de devolução dos valores do adiantamento de férias constatou-se que a servidora comissionada Maria Neuman Carvalho Madeira, SIAPE 1586419 admitida em dezembro de 2007 e exonerada em maio de 2009, recebeu R\$ 705,24 na rubrica 100073 – Férias Antecipação em setembro de 2009. Contudo, o referido valor, que corresponde 4/12 de férias indenizadas proporcional deveria ter sido lançado na rubrica 00076 – Férias indenizadas vencidas, relativo aos meses de janeiro a abril de 2009. Dessa forma, houve apenas erro no lançamento de rubrica e não pagamento indevido. Quanto a recomendação de designação de servidor efetivo para o lançamento de atos no SISAC, conforme IN/TCU nº 55/2007, informamos que em janeiro de 2014 foi designada para esse fim a servidora Dayana do Nascimento Mota Ribeiro. Informamos ainda que as 13 aposentadorias ocorridas no final de 2013 e início de 2014 foram lançadas dentro do prazo estipulado no art. 7º da referida IN/TCU e serão enviadas à CGU para análise. Os processos de aposentadoria/pensão, que estavam com pendências no lançamento, já estão sendo sanados e logo encaminhados ao órgão de controle. No que tange a atualização dos valores dos imóveis junto ao spiuNet, informamos que ainda em 2013 foi constituído ordem de serviço com a finalidade de promover a referida atualização o que veio a ser concluída em 2014.					Servidor	Referência	Processo	Siape	Valor	Maria Neuman Carvalho Madeira	Set/2009	54380.000172/2014-99	1586419	R\$ 705,24	Francisco das Chagas Miranda de Brito	Out/2007	54380.000171/2014-44	1551142	R\$ 2.224,76	José Herbert da Costa Silva	Dez/2012	54380.000170/2014-08	0727085	R\$ 1.885,55
Servidor	Referência	Processo	Siape	Valor																				
Maria Neuman Carvalho Madeira	Set/2009	54380.000172/2014-99	1586419	R\$ 705,24																				
Francisco das Chagas Miranda de Brito	Out/2007	54380.000171/2014-44	1551142	R\$ 2.224,76																				
José Herbert da Costa Silva	Dez/2012	54380.000170/2014-08	0727085	R\$ 1.885,55																				
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor																								

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Piauí			4146
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Nº 201305877	3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Piauí			
Descrição da Recomendação			
Designar servidor efetivo para a função a fim de evitar possível descontinuidade no serviço e promover o encaminhamento dos processos ao órgão de controle interno.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Administração da SR(24)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Quanto a recomendação de designação de servidor efetivo para o lançamento de atos no SISAC, conforme IN/TCU nº 55/2007, informamos que em janeiro de 2014 foi designada para esse fim a servidora Dayana do Nascimento Mota Ribeiro. Informamos ainda que as 13 aposentadorias ocorridas no final de 2013 e início de 2014 foram lançadas dentro do prazo estipulado no art. 7º da referida IN/TCU e serão enviadas à CGU para análise. Os processos de aposentadoria/pensão, que estavam com pendências no lançamento, já estão sendo sanados e logo encaminhados ao órgão de controle.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada																								
Denominação Completa				Código SIORG																				
Superintendência Regional do Incra no Piauí				4146																				
Recomendações do OCI																								
Recomendações Expedidas pelo OCI																								
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida																					
	Nº 201305877	3.2																						
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação				Código SIORG																				
Superintendência Regional do Incra no Piauí																								
Descrição da Recomendação																								
Recomenda-se corrigir a fundamentação legal dos servidores de matrículas nº 07225884 e 0725871, aposentados nos cargos de artífice e assistente de administração; publicar orientação aos servidores da área para que todos os valores pagos a título de aposentadoria/pensão tenham seus cálculos automaticamente pelo sistema SIAPE, em atendimento ao disposto Portaria MARE nº 978/96; e devolver os valores do adiantamento de férias recebidos a maior.																								
Providências Adotadas																								
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG																				
Divisão de Administração da SR(24)																								
Justificativa para o seu não Cumprimento																								
Quanto à recomendação de correção da fundamentação legal da aposentadoria dos servidores de matrícula 0725871 e 0725884, informamos que a referida correção já foi realizada. Quanto à recomendação de publicação de orientação aos servidores da área para que todos os valores pagos a título de aposentadoria/pensão tenham seus cálculos automaticamente pelo sistema SIAPE, informamos que essa orientação foi editada em 26 de fevereiro de 2014, nos termos da Portaria MARE 987/96 com ciência aos servidores lotados no Serviço de Desenvolvimento Humano dessa Superintendência Regional. Já em relação a recomendação de devolução dos valores do adiantamento de férias, informamos que em análise das fichas financeiras dos servidores destacados pelos auditores da CGU, verificou-se erros na devolução da antecipação de férias dos servidores de matrícula 0727085, 15511142 e 1586419. Foi constatado também ausência dos processos para reposição ao erário informado pela antiga gestora do setor de Recursos Humanos, a qual foi responsável pela manifestação da Unidade Examinada – INCRA. Os devidos processos administrativos foram abertos pelo Serviço de Desenvolvimento Humano na data de 27/02/2014 obedecendo a Orientação Normativa nº 5 de 21/02/2013 do MPOG. Estes procedimentos estão em fase de criação de Nota Técnica e Notificação do Servidor. Segue a tabela com os referidos processos e valores para reposição: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Servidor</th> <th>Referência</th> <th>Processo</th> <th>Siape</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Maria Neuman Carvalho Madeira</td> <td>Set/2009</td> <td>54380.000172/2014-99</td> <td>1586419</td> <td>R\$ 705,24</td> </tr> <tr> <td>Francisco das Chagas Miranda de Brito</td> <td>Out/2007</td> <td>54380.000171/2014-44</td> <td>1551142</td> <td>R\$ 2.224,76</td> </tr> <tr> <td>José Herbert da Costa Silva</td> <td>Dez/2012</td> <td>54380.000170/2014-08</td> <td>0727085</td> <td>R\$ 1.885,55</td> </tr> </tbody> </table>					Servidor	Referência	Processo	Siape	Valor	Maria Neuman Carvalho Madeira	Set/2009	54380.000172/2014-99	1586419	R\$ 705,24	Francisco das Chagas Miranda de Brito	Out/2007	54380.000171/2014-44	1551142	R\$ 2.224,76	José Herbert da Costa Silva	Dez/2012	54380.000170/2014-08	0727085	R\$ 1.885,55
Servidor	Referência	Processo	Siape	Valor																				
Maria Neuman Carvalho Madeira	Set/2009	54380.000172/2014-99	1586419	R\$ 705,24																				
Francisco das Chagas Miranda de Brito	Out/2007	54380.000171/2014-44	1551142	R\$ 2.224,76																				
José Herbert da Costa Silva	Dez/2012	54380.000170/2014-08	0727085	R\$ 1.885,55																				
Ainda quanto a recomendação de devolução dos valores do adiantamento de férias constatou-se que a servidora comissionada Maria Neuman Carvalho Madeira, SIAPE 1586419 admitida em dezembro de 2007 e exonerada em maio de 2009, recebeu R\$ 705,24 na rubrica 100073 – Férias Antecipação em setembro de 2009. Contudo, o referido valor, que corresponde 4/12 de férias indenizadas proporcional deveria ter sido lançado na rubrica 00076 – Férias indenizadas vencidas, relativo aos meses de janeiro a abril de 2009. Dessa forma, houve apenas erro no lançamento de rubrica e não pagamento indevido.																								
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor																								

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Piauí			4146
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Nº 201305877	4.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Piauí			
Descrição da Recomendação			
Designar servidores para conclusão e envio das informações (relatórios de fiscalizações e de atingimento do objeto) à Comissão de TCE, relativas aos convênios em que foram instauradas TCEs e que se encontram pendente; bem como apresentar as informações pendentes (relatórios de fiscalizações e de atingimento do objeto) à Comissão de Tomada de Contas Especial e estabelecer cronograma para que a Comissão de TCEs conclua os processos de TCE pendentes após o recebimento das informações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete da SR(24)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Não cumprido por falta de disponibilidade de técnicos habilitados na SR(24) para realização do trabalho no prazo previsto. Recomendação em andamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Foi nomeada comissão de TCE.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Piauí			4146
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Nº 201305877	5.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Piauí			
Descrição da Recomendação			
Providenciar a atualização do valor do imóvel no SPIUnet e no SIAFI, considerando as benfeitorias realizadas no mesmo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Administração da SR(24)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O referido imóvel foi atualizado junto ao Spiunet.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Piauí			4146
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Nº 201305877	6.1.1.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Superintendência Regional do Incra no Piauí			
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se treinar e capacitar os servidores do setor de Licitações e Contratos, e estabelecer nos Editais de Licitações para aquisições de bens e serviços os critérios de sustentabilidades previstos no art. 5º da IN nº 01/2010 e na contratação de obras, as especificações e projetos básicos elaborados atendendo ao previsto no art. 4º da citada IN.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Administração da SR(24)			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A referida recomendação foi atendida e como consequência houve uma melhor definição de critérios de sustentabilidade nas licitações realizadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

9 OUVIDORIA

9.1 DEMONSTRAÇÃO DOS REGISTOS FEITOS POR INTERMÉDIO DA OUVIDORIA NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA, CONTEMPLANDO A QUANTIDADE DE CADA TIPO DE REGISTRO (DENÚNCIA, PEDIDO DE INFORMAÇÕES, ETC.), PRAZOS DE ATENDIMENTOS, PROPORÇÃO DE REGISTROS NÃO ATENDIDOS.

A atuação da Ouvidoria Agrária junto a SR(24) no exercício de 2013 concentrou-se no planejamento, organização e distribuição de cestas de alimentos em 35 municípios, beneficiando 1.538 famílias acampadas, totalizando 232 toneladas. Outra atividade desenvolvida foi a negociação de 49 conflitos ocorrido em 26 municípios do Estado do Piauí.

Quadro 26: Relação dos Acampamentos beneficiados com distribuição de cestas de alimentos em 2013.

Nº	Município	Acampamento	Mov. Social	Nº Famílias Que Recebem Cestas	Nº Famílias Que Não Recebem Cestas
01	Canto do Buriti	Escondido	FETAG	28	
02	Caracol	Fazenda Bom Retiro	FETAG	54	
03	Pajeú	19 de Abril	FETAG		22
04	Altos	Serra Do Coroatá	CPT/FETRAF	54	
05	Teresina	Morro Alegre	FETAG	22	
	Teresina	Nossa Terra	MST	100	
06	Esperantina	Nova Conquista	FETAG	09	
07	Castelo do Piauí	Chap. da vereda rocha	FETAG	14	
	Castelo do Piauí	Espinhos	FETAG	43	
08	Nazária	Galiza	FETAG	26	
	Parnaíba	Canaã do Norte	MTL	54	
09		11		404	

Quadro 27: Relação das Áreas de Conflitos do Piauí, situação em 2013.

Nº	Município	Área de Conflito	Movimento	Nº Famílias Que Recebem Cestas	Nº Famílias Que Não Recebem Cestas
01	Altos	Caraíbas	FETAG	42	
	Altos	Belém	FETAG	16	
02	Beneditinos	Barreiro I	FETAG	24	
03	Coivaras	Nossa Conquista	FETAG	41	
04	Campo Maior	Corcundo	FETAG	18	
05	Barras	Boa Presença	FETAG	51	
06	Nossa Senhora dos Remédios	Contendas	FETAG	18	
07	Esperantina	Barra do Taquari	FETAG	28	
	Esperantina	Acampamento Amargosa	FETAG		33
	Esperantina	Expedição	FETAG		28
08	Morro do Chapéu	Barreiro II	CPT	19	

09	Madeiro	Murici Berro	FETAG	48	
	Madeiro	Vassoural São José	FETAG	19	
10	Castelo do Piauí	Faz. Bom descanso	FETAG	16	
	Castelo do Piauí	Açude Varzea	FETAG	18	
11	Milton Brandão	Marfim/Zé Rosa	FETAG	22	
12	União	Barra Dos Cágados	FETAG	64	
	União	Divinópolis	FETAG	17	
	União	Santa Rita I	FETAG	25	
	União	Lagoa Dos Macacos	FETAG	27	
	União	Santa Rita III	FETAG	20	
	União	Veneza Limoeiro	FETAG	11	
	União	Santa Rosa	FETAG	07	
	União	Lagoa Dos Carneiros	FETAG	13	
	União	Solidade	FETAG	05	
	União	Soares	FETAG	10	
	União	Mundo Novo	FETAG	88	
13	Miguel Alves	Sambaíba	FETAG	46	
	Miguel Alves	Olho D' do Azevedo	CPT	21	
	Miguel Alves	Pé do Morro/Capim	CPT	21	
14	Lagoa Alegre Do Piauí	Morro dos Borges	FETAG	24	
	Lagoa Alegre Do Piauí	São Benedito	FETAG	44	
	Lagoa Alegre Do Piauí	Manisobal	FETAG	33	
15	Curralinhos	Gado Bravo	MST	17	
	Curralinhos	Piquete/Santa Clara	MST	27	
	Curralinhos	Patos/Patinhos	MST	23	
16	Floriano	Faz. Alegrete	FETAG	25	
17	Uruçuí	Baixa Funda/Fazenda Parnaíba Agropecuária	FETAG	83	
18	Manoel Emídio	Flores	FETAG	22	
19	João Costa	Ernesto Che Guevara/Pajeú	FETAG	24	
20	Pio IX	Alegre/Guaribas	FETAG/STR	57	
21	Baixa Grande Ribeira	Piaçava Brejo Novo	Congregação Redentorista		200
	Baixa Grande Ribeira	Região Riozinho	Congregação Redentorista		20
	Baixa Grande Ribeira	Prata /Aroeira	CPT		105
22	Guadalupe	Fazenda Reunida	FETAG		44
23	Bom Jesus	Fazenda Barroco	FETAG		06
24	Palmeira do Piauí	Palmeirinha	STR		100
25	Parnaguá	Faz. Guatembu	FETAG		64
26	Riacho Frio/Parnaguá	Sítio Berlenga/Paudarco.Toca	FETAG/STR		118
26		49		1.134	718

9.2 PRINCIPAIS RESULTADOS NO TRATAMENTO DE REGISTROS FEITOS PELA OUVIDORIA RELACIONADOS A INVASÕES DE TERRAS E CONFLITOS NO CAMPO

a) Invasão de Terras

- Mediação do conflito (negociações);
- Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas (cestas básicas e lonas);
- Negociação com acampados da BR-316 próximo a Cidade de Demerval Lobal, resultando no acordo para assentar 54 famílias em Parnaíba no assentamento Canaã e 10 no Assentamento Bacuris em Miguel Leão-PI.

b) Conflitos no Campo

- Assistência Social, Técnica e Jurídico às Famílias Acampadas (cestas básicas e lonas);
- Negociações para mediação de conflitos em 25 municípios do Estado do Piauí: Alvorada do Gurgueia, Bom Jesus, Luzilândia, Santa Rosa do Piauí, Oeiras-PI, Tanque-PI, Valença-PI, Altos, Piripiri, São Raimundo Nonato, Floriano, Miguel Leão, Canto do Buriti, São João do Piauí, Assunção, Guadalupe, Coivaras, Castelo do Piauí, São Miguel do Tapuio, Demerval Lobão, Madeiro, Nossa Senhora dos Remédios, Isaías Coelho, Porto Alegre do Piauí e Floresta do Piauí;
- Assentamentos atendidos: 14;
- Acampamentos atendidos: 11;
- Prevenção social no Campo;
- Acompanhamento dos processos em situação de obtenção de terras pelo INCRA-SR-24.R-24(PI);
- 477ª – Reunião da Comissão Nacional de Combate a Violência no Campo, Presidida pelo Ouvidor Agrário Nacional, Desembargador Gercino José da Silva Filho, realizada em Teresina, na Sede da Superintendência Regional do INCRA do Estado do Piauí- SR-24(PI), no dia 16 de junho de 2013. Nesta ocasião disponibilizou um Veículo LD-200 Triton – 4x4 a diesel para a Ouvidoria agrária Regional do Piauí.

Vale destacar que a atuação da Ouvidoria Agrária do INCRA no Piauí atua em parceria administrativa com várias instituições: CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, Polícia Militar - Coordenadoria de Gerenciamento de Crises e Direitos Humanos, OAB - Diretos

humanos, OAN - Ouvidoria Agrária Nacional, Polícia Federal, Vara Agrária – Bom Jesus, DNOCS, SASC- Secretaria de Assistência Social do Estado, SEDUC – Secretaria de Educação do Estado, Mte – Fórum de Trabalho Escravo, Movimentos Sociais, Federações de Trabalhadores na Agricultura e Sindicatos Rurais).

10 CORREIÇÃO

10.1 CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRES OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES (PAD) INSTAURADOS NO ÂMBITO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO PIAUÍ, INCLUINDO INFORMAÇÕES SOBE A OBRIGAÇÃO DA SR(24) DE REGISTRO DE TAIS PROCESSOS NO SISTEMA CGU-PAD.

Não há registro de instauração de PAD no âmbito da SR(24) em 2013.

10.2 SISTEMA DE CORREIÇÃO

De acordo com a estrutura orgânica do INCRA, não existe unidade correcional seccional nesta instituição. No entanto, o Gabinete da Presidência do INCRA possui competência regimental que assegura poderes para adotar medidas com vistas à abertura de Processos investigatórios para apurações de possíveis irregularidades cometidas na Autarquia.

Ao nível da Superintendência Regional do Piauí, há competência homóloga à definida para o Gabinete da Presidência do INCRA em Brasília, atribuída através do Art. 132, inciso XIV do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/nº 20, de 08 de abril de 2009, publicado no DOU nº 68, de 09 de abril de 2009.

No caso da SR(24) não há registro de abertura e conclusão de nenhum processo investigatório no exercício de 2013.

10.2.1 Cumprimento Pela Instância de Correição Da Portaria Nº 1.043/2007 da CGU

Item que não se aplica a instância da Superintendência Regional do Piauí – SR(24).